TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Levantamento de Governança de TI 2016

Resultado individual:

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL 2ª REGIÃO

Grupo: Tribunal
Segmento: Judiciário



A classificação deste documento é de responsabilidade da organização.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 3
2. PERFIL DOS RESPONDENTES 5
3. ÍNDICE DE GOVERNANÇA DE TI (iGovTI) 6
4. COMPARATIVO ENTRE OS LEVANTAMENTOS 2016 E 2014 13
APÊNDICE I – Fórmula de Cálculo do iGovTI2016 98

1. INTRODUÇÃO

Para avaliar a situação de governança de tecnologia da informação (TI) na Administração Pública Federal (APF), o Tribunal de Contas da União (TCU) tem realizado levantamentos baseados em questionários que abordam práticas de governança e de gestão de TI previstas em leis, regulamentos, normas técnicas e modelos internacionais de boas práticas.

O primeiro levantamento de governança de TI, realizado em 2007, contou com a participação de 255 organizações, resultando no Acórdão 1.603/2008-TCU-Plenário, da relatoria do Ministro Guilherme Palmeira. Diante do cenário preocupante identificado na oportunidade, este Tribunal determinou à Sefti a realização de novos levantamentos dessa natureza, tendo em vista a necessidade de manter base de dados atualizada com a situação de governança de TI na APF.

O levantamento realizado em 2010, apreciado pelo Acórdão 2.308/2010-TCU-Plenário, da relatoria do Ministro Aroldo Cedraz, revelou, após avaliar dados de 301 organizações, que a situação da governança de TI era bem heterogênea. Alguns aspectos, como planejamento estratégico institucional e carreira própria de TI, mostraram evolução. Outros, como planejamento estratégico e monitoramento da TI, permaneciam nos mesmos patamares identificados no levantamento de 2007.

Com o objetivo de induzir a melhoria da governança de TI na APF, o TCU criou, no âmbito do levantamento de 2010, um índice que busca refletir, de forma geral, a situação de governança de TI de cada organização avaliada, denominado de índice de governança de TI (iGovTI).

A partir de 2012, em atendimento ao item 9.4.3 do Acórdão 2.308/2010-TCU-Plenário, a Sefti estabeleceu processo de trabalho para avaliar a governança de TI na APF em ciclos de dois anos. No primeiro ano do ciclo, realiza-se a fase de coleta das informações por meio do levantamento. No ano seguinte, são realizadas auditorias específicas em uma amostra das organizações participantes do levantamento, com o intuito de validar as respostas coletadas, aprofundar a análise de alguns aspectos relacionados à governança e à gestão de TI e identificar boas práticas adotadas.

No levantamento 2012, que resultou no Acórdão 2.585/2012-TCU-Plenário, da relatoria do Ministro Walton Alencar Rodrigues, o TCU avaliou ao todo 349 organizações com base em questionário, que, seguindo o modelo do Cobit 5, deixou mais clara a distinção entre governança e gestão de TI.

Os dados coletados revelaram, em geral, um cenário de evolução na situação de governança de TI na APF, sugerindo que as medidas adotadas pelos órgãos governantes superiores e pelo TCU estavam surtindo efeito. Contudo, ainda havia bastante espaço para melhoria, haja vista que muitas organizações possuíam nível de capacidade baixo para vários aspectos avaliados.

Em continuidade ao processo de avaliação do ciclo 2012, foram realizadas, em 2013, auditorias específicas em uma amostra de vinte organizações, objetivando validar a situação apurada no referido levantamento, bem como avaliar a gestão de risco e o alcance dos resultados de TI. As fiscalizações revelaram que, em geral, a situação real dos auditados era menos favorável do que a informada no questionário. O relatório consolidador destas auditorias foi apreciado pelo Acórdão 3.051/2014-TCU-Plenário, da relatoria do Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

O levantamento realizado em 2014, que resultou no Acórdão 3.117/2014-TCU-Plenário, da relatoria do Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, avaliou ao todo 372 organizações, trazendo como principal novidade a mudança da escala de resposta do questionário, que antes era binária (sim ou não) e passou a ter cinco categorias de resposta, relativas ao nível de adoção da prática (não se aplica, não adota, iniciou plano para adotar, adota parcialmente e adota integralmente).

Continuando o processo de avaliação do ciclo 2014, foi realizada, em 2015, fiscalização em uma amostra de organizações, em sua maioria detentoras de baixos índices de governança de TI de acordo com o iGovTI2014, com o objetivo de validar a situação apurada no levantamento, bem como avaliar a adoção de práticas para implementação e melhoria da governança de TI nessas organizações. A fiscalização revelou que, em geral, apesar das inconsistências apuradas, há razoável fidedignidade nas respostas.

No ciclo atual, a principal novidade diz respeito à publicação dos dados coletados que não tenham sido classificados em sua origem, bem como dos índices calculados.

A fim de manter a comparabilidade com o levantamento de governança de TI anterior, o ciclo 2016 utilizou essencialmente o mesmo questionário do ciclo 2014, tendo sido feitos apenas ajustes na redação de alguns itens para melhorar o entendimento e acréscimo de duas novas questões, versando sobre abertura de dados e prestação de serviços públicos.

A análise dos dados levantados revelou, de forma geral, evolução maior que a obtida no ciclo 2014. Os resultados indicam, ainda, que as organizações apresentam maior capacidade no estabelecimento de estratégias e planos e menor capacidade no estabelecimento e manutenção de uma estrutura de liderança.

Por fim, não obstante a considerável evolução verificada desde a realização do primeiro levantamento, que completa uma década em 2017, a situação de governança e gestão de TI na APF apurada no ciclo atual está longe de ser aceitável, haja vista a relação cada vez mais intrínseca entre TI e negócio.

O presente relatório apresenta as respostas fornecidas pela organização, comparadas aos resultados consolidados do respectivo segmento (Tabela 1) e do grupo de organizações assemelhadas (Tabela 2), além do resultado geral da avaliação. Esse documento permitirá que a

organização avalie sua governança e gestão de TI em relação às boas práticas e às demais organizações da Administração, constituindo valioso insumo na definição de objetivos, no planejamento e no amadurecimento da TI.

A remessa deste relatório foi determinada pelo item 9.4.2 do Acórdão 882/2017-TCU-Plenário, da relatoria do Ministro-Substituto Marcos Bemquerer. Informações adicionais acerca do levantamento e de outros trabalhos relacionados com o controle da governança de TI na APF estão disponíveis na página da Sefti em: http://www.tcu.gov.br/fiscalizacaoti.

2. PERFIL DOS RESPONDENTES

As 368 organizações com respostas válidas ao questionário do Levantamento de Governança de TI – ciclo 2016 foram agrupadas nos seguintes segmentos da APF:

1) EXE-Sest, abrangendo as empresas públicas federais e as sociedades de economia mista;

2) EXE-Sisp, abrangendo as organizações que fazem parte do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (Sisp), do Poder Executivo Federal;

3) JUD, abrangendo as organizações que integram o Poder Judiciário;

4) LEG, abrangendo as organizações que compõe o Poder Legislativo;

5) MPU, abrangendo as organizações constituem o Ministério Público da União (MPU); e

6) Terceiro Setor, abrangendo as organizações que não se enquadram em nenhum dos segmentos anteriores.

Tabela 1. Distribuição dos respondentes por segmento em 2016

Segmento	Quantidade
EXE-Sest	64
EXE-Sisp	225
JUD	64
LEG	3
MPU	6
Terceiro Setor	6
Total	**368**

As organizações também foram classificadas por tipo, levando-se em consideração as seguintes situações:

1) os tipos utilizados são apenas parcialmente compatíveis com os utilizados no sistema Siorg. Usam-se também tipos referentes à atividade comercial e outros;

2) as organizações classificadas em um tipo mais especializado, tais como os bancos, não estão computadas em um tipo mais genérico, a exemplo do tipo estatal;

3) o tipo não está vinculado ao segmento (ex. o tipo tribunal aparece no segmento JUD, bem como no segmento LEG, como no caso do Tribunal de Contas da União).

Tabela 2. Distribuição dos respondentes por tipo de organização em 2016

Tipo de Organização	Quantidade
Agência	10
Autarquia	26
Banco	6
Casa legislativa	2
Companhia de Energia	15
Companhia Docas	7
Específico Singular (Adm. Direta)	8
Estatal	35
Fundação	15
Hospitais	8
Instituição de ensino	106
Ministério	26
Ministério Público	5
Organização social	6
Órgão Executivo (Adm. Direta)	18
Órgão Militar	10
Tribunal	65
Total	**368**

3. ÍNDICE DE GOVERNANÇA DE TI (iGovTI)

O índice de governança de TI (iGovTI) foi criado em 2010 com o propósito de orientar as organizações públicas no esforço de melhoria da governança e da gestão de TI. O índice também permite ao TCU avaliar, de um modo geral, a efetividade das ações adotadas para induzir a melhoria da situação de governança de TI na APF.

O iGovTI é o resultado da consolidação das respostas das organizações públicas ao questionário de governança de TI elaborado pela Sefti, por meio de fórmula que resulta em um valor que varia de 0 a 1. De modo geral, o cálculo do iGovTI considera três níveis de consolidação:

a) a ponderação dos itens de uma questão, gerando um número que varia de zero a um e que representa o grau de aderência da instituição à boa prática ou ao requisito legal que é objeto da questão;

b) a ponderação das questões dentro de uma dimensão, gerando um número que varia de zero a um e que representa o grau de capacidade da organização na respectiva dimensão;

c) a ponderação final dos valores encontrados para as dimensões, que representa o grau de capacidade da organização em governar e em gerir sua TI na perspectiva do questionário aplicado.

A fim de manter a comparabilidade, **a fórmula do iGovTI2016 é a mesma fórmula definida para o iGovTI2014, com ajustes apenas na identificação de algumas questões, ou seja, variáveis e pesos foram totalmente preservados**. A estrutura da fórmula considera as condições a seguir:

a) a fórmula das questões é definida de modo geral pela expressão: qn = a1i1 + a2i2 + ... + anin, onde cada parâmetro "i" (podendo assumir os valores da tabela abaixo: 0; 0,2; 0,5; e 1) representa um item respondido e cada parâmetro "a" (variando de 0 a 1) representa o peso desse item na respectiva questão.

b) a fórmula das dimensões é definida pela expressão: dn = b1q1 + b2q2 + ... + bnqn, onde cada "q" (variando de 0 a 1) representa a nota de uma questão respondida e cada parâmetro "b" (variando de 0 a 1) representa o peso dessa questão na respectiva dimensão.

c) a fórmula geral do índice de governança de TI 2016 é definida pela expressão: iGovTI2016 = d1p1 + d2p2 + ... + dnpn, onde cada "d" (variando de 0 a 1) representa a nota da dimensão e cada parâmetro "p" (variando de 0 a 1) representa o peso dessa dimensão no cálculo de iGovTI.

Os itens com resposta padronizada podem assumir os seguintes valores, de acordo com a resposta assinalada, conforme tabela abaixo:

Tabela 3. Valores atribuídos a cada categoria de resposta do questionário

Categoria de Resposta	Valores
Não adota a prática	0,0
Iniciou ou concluiu plano para adotar a prática	0,2
Adota parcialmente a prática	0,5
Adota integralmente a prática	1,0

Os pesos constantes da fórmula do iGovTI2016 são os mesmos definidos no ciclo 2014. Os pesos definidos no ciclo 2014 foram definidos com base em análise fatorial, método estatístico que tem por objetivo identificar fatores (variáveis hipotéticas) que expliquem a correlação existente entre as variáveis, e foram validados semanticamente.

Isto posto, a fórmula do iGovTI2016, até o nível de dimensão, pode ser observada na tabela a seguir. A fórmula completa consta do Apêndice I.

Tabela 4. Fórmula de cálculo do iGovTI2016

D1 = (Q11 * 0.15 + Q12 * 0.14 + Q13 * 0.17 + Q14 * 0.14 + Q15 * 0.14 + Q16 * 0.16 + Q17 * 0.1)
D2 = (Q21 * 0.44 + Q22 * 0.56)
D3 = (Q31 * 0.66 + Q32 * 0.34)
D4 = (Q41 * 0.48 + Q42 * 0.41 + Q43 * 0.11)
D5 = (Q51 * 0.12 + Q52 * 0.1 + Q53 * 0.11 + Q54 * 0.13 + Q55 * 0.11 + Q56 * 0.11 + Q57 * 0.1 + Q58 * 0.11 + Q59 * 0.11)
D6 = (Q61 * 0.3 + Q62 * 0.21 + Q63 * 0.28 + Q65 * 0.21)
iGovTI2016 = (D1 * 0.21) + (D2 * 0.16) + (D3 * 0.16) + (D4 * 0.16) + (D5 * 0.19) + (D6 * 0.12)

A fórmula atual sugere que a boa governança de TI depende do equilíbrio das dimensões avaliadas, com peso um pouco maior para as dimensões Liderança e Processos. Na prática, não é razoável uma organização com uma boa estrutura de governança e de gestão de TI apresentar fragilidades significativas em uma ou mais das dimensões avaliadas. Dessa forma, para que a TI seja bem governada, as seguintes condições devem ser satisfeitas, sem exceção:

a) ter uma forte estrutura de liderança que estabeleça os objetivos e a direção a seguir, sendo capaz de corrigir os possíveis desvios de rumo;

b) estabelecer estratégias e planos que materializem a direção estabelecida, de forma a contribuir com o alcance dos objetivos da organização;

c) dispor de informações tempestivas para subsidiar a tomada de decisão, bem como dar transparência das ações às partes interessadas;

d) definir e estabelecer processos para implementar as políticas e entregar os resultados esperados, bem como para garantir a continuidade das ações;

e) dispor de pessoas capazes de conduzir essa engrenagem organizacional de forma eficiente e efetiva.

O iGovTI, todavia, não deve ser percebido como uma medida precisa da capacidade de governança e de gestão de TI de uma dada organização, haja vista que o questionário, apesar de abrangente, não é capaz de contemplar todas as variáveis que influenciam nessa avaliação.

Além disso, não obstante o esforço de tentar selecionar as práticas de maior relevância e aplicáveis ao maior número possível de organizações, é natural a existência de práticas que não sejam aplicáveis ou que não apresentem relação custo-benefício favorável para algumas organizações.

Registre-se, também, que o índice é calculado com base em informações declarativas, ainda não validadas pelo TCU. Portanto, não se pode afastar a imprecisão de algumas respostas

apresentadas quanto à realidade das organizações, seja por interpretações equivocadas ou por falhas do próprio instrumento de avaliação.

Nesse contexto, o iGovTI não deve ser visto como um fim em si mesmo, ou seja, as organizações não deveriam trabalhar com metas de alcançar notas cada vez mais elevadas, independentemente do valor que seria agregado para a organização.

Cada organização deve, de fato, por meio de análise crítica das necessidades do seu negócio e dos riscos relevantes, e levando em consideração o diagnóstico apresentado pelo presente levantamento, definir metas e desenvolver estratégia para fortalecer a sua governança de TI, como parte de seu processo de planejamento.

Resultado da Avaliação

A seguir, é apresentado o resultado da avaliação da organização nos ciclos 2016 e 2014, decompostos por dimensão avaliada.

A organização é classificada em estágios de capacidade em função da nota obtida no índice de governança de TI. Nos ciclos 2010 e 2012, eram utilizados três estágios: 1) Inicial: iGovTI menor que 0,40; 2) Intermediário: iGovTI maior ou igual a 0,40 e menor que 0,60; 3) Aprimorado: iGovTI maior ou igual a 0,60.

A partir do ciclo 2014, visando um melhor agrupamento e direcionamento das ações de indução de melhoria nas organizações por nível de capacidade em governança de TI, foram definidos novos estágios de capacidade: 1) Inicial: iGovTI menor que 0,30; 2) Básico: iGovTI maior ou igual a 0,30 e menor que 0,50; 3) Intermediário: iGovTI maior ou igual a 0,50 e menor que 0,7; 4) Aprimorado: iGovTI maior ou igual a 0,7.

Tabela 5. Comparativo entre os níveis de capacidade

Nível de capacidade	2010 e 2012	2014 e 2016
Inicial	0,00 ≤ iGovTI < 0,40	0,00 ≤ iGovTI < 0,30
Básico	-	0,30 ≤ iGovTI < 0,50
Intermediário	0,40 ≤ iGovTI < 0,60	0,50 ≤ iGovTI < 0,70
Aprimorado	0,60 ≤ iGovTI ≤ 1,00	0,70 ≤ iGovTI ≤ 1,00

Tabela 6. Notas do iGovTI2016

iGovTI2016		
Nota	**Nível de capacidade**	
0,48	**Básico**	
Dimensões Avaliadas	**Nota**	**Nível de capacidade**
Liderança (D1)	0,22	Inicial
Estratégias e Planos (D2)	0,78	Aprimorado
Informações (D3)	0,67	Intermediário
Pessoas (D4)	0,39	Básico
Processos (D5)	0,47	Básico
Resultados (D6)	0,44	Básico
Classificação 2016		
Grupo Tribunal	**Segmento JUD**	**Geral**
44ª (de 65)	**43ª (de 64)**	**195ª (de 368)**

Tabela 7. Notas do iGovTI2014

iGovTI2014		
Nota	**Nível de capacidade**	
0,43	**Básico**	
Dimensões Avaliadas	**Nota**	**Nível de capacidade**
Liderança (D1)	0,21	Inicial
Estratégias e Planos (D2)	0,83	Aprimorado
Informação (D3)	0,55	Intermediário
Pessoas (D4)	0,38	Básico
Processos (D5)	0,37	Básico
Resultados (D6)	0,31	Básico
Classificação 2014		
Grupo Tribunal	**Segmento JUD**	**Geral**
38ª (de 66)	**37ª (de 65)**	**197ª (de 372)**

As figuras a seguir apresentam uma avaliação geral com base nos valores de iGovTI2016 apurados:

iGovTI2016 por tipo de organização

Tipo de organização	Quantidade	Média de iGovTI2016	Desvio Padrão
Agência	10	0,58	0,10
Autarquia	26	0,52	0,14
Banco	6	0,72	0,17
Companhia de Energia	15	0,55	0,21
Companhia Docas	7	0,26	0,17
Específico Singular	8	0,39	0,19
Estatal	35	0,56	0,21
Fundação	15	0,44	0,21
Hospital	8	0,44	0,22
Instituição de Ensino	106	0,42	0,15
Ministério	26	0,52	0,16
Ministério Público	5	0,66	0,11
Organização Social	6	0,46	0,19
Órgão Executivo	18	0,50	0,16
Órgão Militar	10	0,62	0,13
Tribunal	65	0,54	0,12

Figura 1. Médias do iGovTI2016 por tipo de organização

iGovTI2016 por Segmento

Segmento	Quantidade	Média de iGovTI2016	Desvio Padrão
EXE-Sest	64	0,54	0,23
EXE-Sisp	225	0,46	0,16
JUD	64	0,54	0,12
LEG	3	0,54	0,33
MPU	6	0,61	0,15
Terceiro Setor	6	0,46	0,19

Figura 2. Médias do iGovTI2016 por segmento

iGovTI2016 - Média Geral

Média de iGovTI2016	Quantidade	Desvio Padrão
0,49	368	0,18

Figura 3. Média geral do iGovTI2016

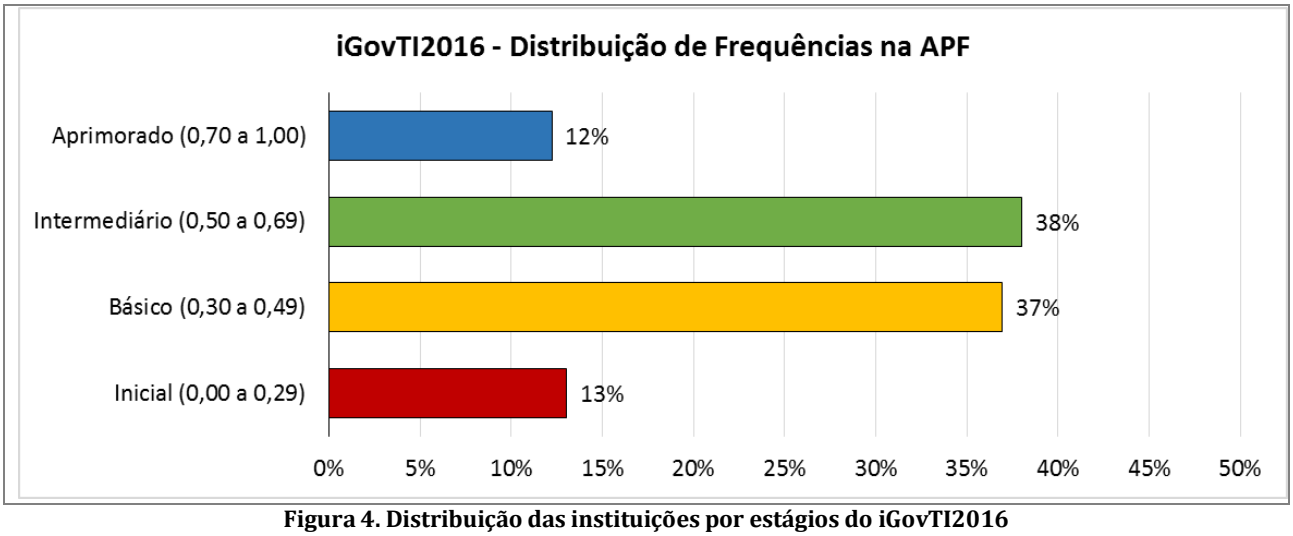


Figura 4. Distribuição das instituições por estágios do iGovTI2016

4. COMPARATIVO ENTRE OS LEVANTAMENTOS 2016 E 2014

Essa parte do relatório traz as respostas da organização nos levantamentos de governança de TI 2016 e 2014, com base no questionário utilizado em 2016. Quando não existir correspondência entre os questionários, o local destinado à resposta 2014 receberá o termo “N/C”, que indica a não compatibilidade do item em relação ao questionário 2016. A organização que não participou do levantamento 2014 terá o local destinado à resposta individual sinalizado com o termo “N/A”, que significa não avaliada.

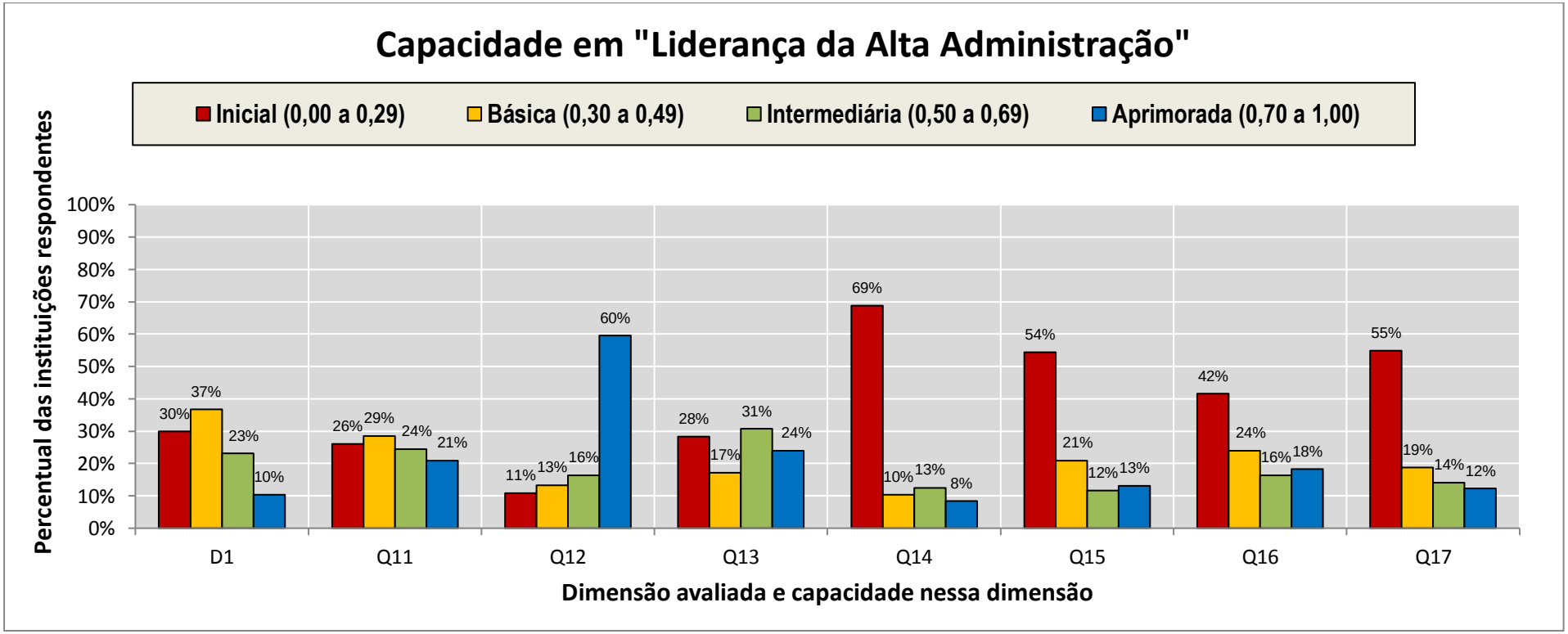
Com o intuito de permitir que a organização avalie sua situação perante as demais organizações públicas federais, são apresentados os percentuais relativos a cada resposta, distribuídos por tipo de organização e por segmento, bem como o percentual geral.

Visando dar maior esclarecimento e transparência ao cálculo do índice de governança de TI 2016 (iGovTI2016), são apresentadas as notas obtidas pela organização em cada dimensão, bem como a respectiva fórmula, desdobrada por questão. A fórmula completa consta do Apêndice I deste documento.

Governança Corporativa e de TI

1. Liderança da alta administração (D1)

- **Objetivo:** Avaliar a capacidade em liderança da alta administração da organização;
- **Questões:** 1.1 (Q11), 1.2 (Q12), 1.3 (Q13), 1.4 (Q14), 1.5 (Q15), 1.6 (Q16) e 1.7 (Q17)
- **Questões selecionadas para o iGovTI2016:** Q11, Q12, Q13, Q14, Q15, Q16 e Q17
- **Cálculo de D1 no iGovTI2016:** Q11 * 0.15 + Q12 * 0.14 + Q13 * 0.17 + Q14 * 0.14 + Q15 * 0.14 + Q16 * 0.16 + Q17 * 0.1
- **Nota obtida pela Instituição nessa dimensão (D1): 0,22**
- **Peso da dimensão no iGovTI2016:** 21%
- **Distribuição das organizações avaliadas por nível de capacidade:**



1.1. Com relação ao sistema de governança corporativa:

Práticas	Resposta	Ano	Prática não adotada			Prática adotada	
			Não se aplica	Não adota	Iniciou plano	Parcial	Integral
a. a organização define e comunica formalmente papéis e responsabilidades para a governança corporativa.	Organização	2016	○	○	●	○	○
		2014	●	○	○	○	○
	Tribunal	2016	2%	12%	14%	32%	40%
		2014	2%	29%	11%	32%	27%
	Judiciário	2016	2%	12%	14%	33%	39%
		2014	2%	29%	11%	32%	26%
	Geral	2016	1%	16%	9%	31%	43%
		2014	1%	18%	14%	25%	42%
b. a organização dispõe de um comitê de direção estratégica formalmente instituído, que auxilia nas decisões relativas às diretrizes, estratégias, políticas e no acompanhamento da gestão institucional.	Organização	2016	○	○	●	○	○
		2014	○	○	○	○	●
	Tribunal	2016	2%	6%	6%	11%	75%
		2014	0%	8%	5%	15%	73%
	Judiciário	2016	2%	6%	6%	11%	75%
		2014	0%	8%	5%	15%	72%
	Geral	2016	1%	12%	9%	21%	57%
		2014	2%	14%	9%	19%	56%
c. a organização realiza avaliações sobre a definição e compreensão dos papéis e responsabilidades organizacionais.	Organização	2016	○	●	○	○	○
		2014	●	○	○	○	○
	Tribunal	2016	2%	46%	17%	18%	17%
		2014	2%	55%	14%	17%	14%
	Judiciário	2016	2%	47%	17%	17%	17%
		2014	2%	54%	14%	17%	14%

	Geral	2016	1%	30%	13%	29%	27%
		2014	2%	34%	12%	27%	26%
d. a organização dispõe de um código de ética formalmente instituído, bem como divulga e monitora o seu cumprimento.	Organização	2016	○	○	○	●	○
		2014	○	○	○	●	○
	Tribunal	2016	2%	8%	18%	35%	37%
		2014	0%	29%	29%	21%	21%
	Judiciário	2016	2%	8%	19%	34%	38%
		2014	0%	29%	29%	20%	22%
	Geral	2016	1%	15%	10%	26%	48%
		2014	1%	21%	11%	24%	42%
e. a organização dispõe de uma política corporativa de gestão de riscos formalmente instituída como norma de cumprimento obrigatório.	Organização	2016	○	●	○	○	○
		2014	●	○	○	○	○
	Tribunal	2016	2%	35%	42%	11%	11%
		2014	2%	67%	23%	9%	0%
	Judiciário	2016	2%	36%	41%	11%	11%
		2014	2%	66%	23%	9%	0%
	Geral	2016	1%	40%	32%	12%	15%
		2014	1%	55%	22%	11%	11%
f. a organização dispõe de uma política corporativa de gestão de continuidade do negócio formalmente instituída como norma de cumprimento obrigatório.	Organização	2016	○	●	○	○	○
		2014	●	○	○	○	○
	Tribunal	2016	2%	51%	20%	18%	9%
		2014	2%	59%	20%	12%	8%
	Judiciário	2016	2%	52%	19%	19%	9%
		2014	2%	60%	18%	12%	8%
	Geral	2016	3%	47%	22%	15%	13%
		2014	3%	53%	17%	18%	9%

1.2. Com relação ao sistema de governança de TI:

Práticas	Resposta	Ano	Prática não adotada			Prática adotada	
			Não se aplica	Não adota	Iniciou plano	Parcial	Integral
a. a organização define e comunica formalmente papéis e responsabilidades mais relevantes para a governança e a gestão de TI.	Organização	2016	○	●	○	○	○
		2014	●	○	○	○	○
	Tribunal	2016	0%	8%	9%	29%	54%
		2014	2%	17%	15%	41%	26%
	Judiciário	2016	0%	8%	9%	30%	53%
		2014	2%	17%	15%	42%	25%
	Geral	2016	1%	12%	12%	30%	45%
		2014	1%	18%	16%	28%	37%
b. a organização dispõe de um comitê de TI formalmente instituído, composto por representantes de áreas relevantes da organização.	Organização	2016	○	○	○	○	●
		2014	○	○	○	○	●
	Tribunal	2016	0%	0%	0%	5%	95%
		2014	0%	3%	6%	3%	88%
	Judiciário	2016	0%	0%	0%	5%	95%
		2014	0%	3%	6%	3%	88%
	Geral	2016	1%	5%	5%	7%	82%
		2014	1%	6%	7%	10%	76%
c. o comitê de TI realiza as atividades previstas em seu ato constitutivo.	Organização	2016	○	○	○	●	○
		2014	○	○	○	○	●
	Tribunal	2016	0%	2%	6%	28%	65%
		2014	0%	9%	12%	29%	50%
	Judiciário	2016	0%	2%	6%	28%	64%
		2014	0%	9%	12%	29%	49%

	Geral	2016	2%	8%	8%	30%	52%
		2014	3%	10%	10%	28%	49%
d. a organização prioriza as ações de TI com apoio do comitê de TI (ou colegiado equivalente), que atua como instância consultiva da alta administração.	Organização	2016	○	○	○	●	○
		2014	○	○	○	○	●
	Tribunal	2016	0%	5%	8%	15%	72%
		2014	0%	12%	12%	17%	59%
	Judiciário	2016	0%	5%	8%	16%	72%
		2014	0%	12%	12%	17%	58%
	Geral	2016	1%	10%	13%	24%	52%
		2014	2%	14%	12%	22%	50%

1.3. Com relação à entrega de resultado da TI:

Práticas	Resposta	Ano	Prática não adotada			Prática adotada	
			Não se aplica	Não adota	Iniciou plano	Parcial	Integral
a. a organização define formalmente diretrizes para o planejamento de TI.	Organização	2016	○	○	○	○	●
		2014	○	○	●	○	○
	Tribunal	2016	0%	5%	17%	12%	66%
		2014	0%	15%	12%	20%	53%
	Judiciário	2016	0%	5%	17%	12%	66%
		2014	0%	15%	12%	20%	52%
	Geral	2016	0%	11%	17%	18%	55%
		2014	1%	18%	17%	21%	44%
b. a organização define formalmente diretrizes para gestão do portfólio de projetos e serviços de TI, inclusive para definição de critérios de priorização e de alocação orçamentária.	Organização	2016	○	○	●	○	○
		2014	○	○	○	●	○
	Tribunal	2016	0%	14%	22%	43%	22%
		2014	0%	27%	17%	45%	11%
	Judiciário	2016	0%	14%	22%	44%	20%
		2014	0%	26%	17%	46%	11%
	Geral	2016	0%	22%	21%	35%	22%
		2014	1%	26%	22%	36%	15%
c. a organização define formalmente diretrizes para contratação de bens e serviços de TI.	Organização	2016	○	●	○	○	○
		2014	○	○	○	●	○
	Tribunal	2016	0%	2%	14%	20%	65%
		2014	0%	11%	26%	27%	36%
	Judiciário	2016	0%	2%	14%	20%	64%
		2014	0%	11%	26%	26%	37%

	Geral	2016	0%	10%	12%	25%	53%
		2014	1%	14%	15%	28%	43%
d. a organização define formalmente diretrizes para avaliação do desempenho dos serviços de TI.	Organização	2016	○	●	○	○	○
		2014	●	○	○	○	○
	Tribunal	2016	0%	23%	26%	31%	20%
		2014	2%	44%	15%	27%	12%
	Judiciário	2016	0%	23%	27%	30%	20%
		2014	2%	43%	15%	28%	12%
	Geral	2016	0%	28%	22%	32%	18%
		2014	1%	36%	23%	26%	14%
e. a organização define formalmente diretrizes para comunicação com as partes interessadas (público interno e externo) sobre os resultados da gestão e do uso de TI, contemplando o meio de divulgação, o conteúdo, a frequência e o formato das comunicações.	Organização	2016	○	●	○	○	○
		2014	●	○	○	○	○
	Tribunal	2016	0%	52%	23%	17%	8%
		2014	3%	56%	17%	21%	3%
	Judiciário	2016	0%	53%	23%	16%	8%
		2014	3%	55%	17%	22%	3%
	Geral	2016	0%	46%	22%	22%	9%
		2014	1%	44%	21%	25%	9%

1.4. Com relação aos riscos de TI:

Práticas	Resposta	Ano	Prática não adotada			Prática adotada	
			Não se aplica	Não adota	Iniciou plano	Parcial	Integral
a. a organização define formalmente as diretrizes para gestão dos riscos de TI aos quais o negócio está exposto.	Organização	2016	○	●	○	○	○
		2014	●	○	○	○	○
	Tribunal	2016	2%	28%	40%	14%	17%
		2014	2%	55%	29%	12%	3%
	Judiciário	2016	2%	27%	41%	14%	17%
		2014	2%	54%	29%	12%	3%
	Geral	2016	1%	34%	33%	20%	12%
		2014	1%	40%	34%	18%	7%
b. a organização define e comunica formalmente papéis e responsabilidades pela gestão de riscos de TI.	Organização	2016	○	●	○	○	○
		2014	●	○	○	○	○
	Tribunal	2016	2%	35%	34%	14%	15%
		2014	2%	61%	23%	12%	3%
	Judiciário	2016	2%	36%	34%	12%	16%
		2014	2%	62%	23%	11%	3%
	Geral	2016	1%	41%	27%	20%	11%
		2014	1%	45%	28%	18%	8%
c. a organização define formalmente os níveis de risco de TI aceitáveis na consecução de seus objetivos (apetite a risco).	Organização	2016	○	●	○	○	○
		2014	●	○	○	○	○
	Tribunal	2016	2%	45%	35%	9%	9%
		2014	2%	67%	26%	6%	0%
	Judiciário	2016	2%	44%	36%	9%	9%
		2014	2%	66%	26%	6%	0%

	Geral	2016	1%	48%	30%	15%	7%
		2014	1%	52%	32%	10%	4%
d. a organização toma decisões estratégicas considerando os níveis de risco de TI definidos.	Organização	2016	○	●	○	○	○
		2014	●	○	○	○	○
	Tribunal	2016	2%	48%	32%	17%	2%
		2014	2%	70%	20%	9%	0%
	Judiciário	2016	2%	47%	33%	17%	2%
		2014	2%	71%	20%	8%	0%
	Geral	2016	1%	45%	26%	21%	7%
		2014	1%	51%	26%	17%	5%

1.5. Com relação ao pessoal de TI:

Práticas	Resposta	Ano	Prática não adotada			Prática adotada	
			Não se aplica	Não adota	Iniciou plano	Parcial	Integral
a. a organização define formalmente diretrizes para garantir o desenvolvimento de competências e a retenção de gestores de TI.	Organização	2016	○	●	○	○	○
		2014	●	○	○	○	○
	Tribunal	2016	0%	22%	31%	38%	9%
		2014	2%	42%	23%	30%	3%
	Judiciário	2016	0%	22%	31%	38%	9%
		2014	2%	43%	23%	29%	3%
	Geral	2016	1%	34%	20%	35%	10%
		2014	2%	42%	19%	28%	9%
b. a organização define formalmente diretrizes para garantir o desenvolvimento de competências e a retenção de pessoal técnico de TI.	Organização	2016	○	○	○	●	○
		2014	●	○	○	○	○
	Tribunal	2016	0%	20%	32%	40%	8%
		2014	2%	41%	27%	29%	2%
	Judiciário	2016	0%	20%	33%	39%	8%
		2014	2%	42%	28%	28%	2%
	Geral	2016	1%	30%	22%	36%	11%
		2014	3%	38%	22%	28%	10%
c. a organização define formalmente diretrizes para avaliação e incentivo ao desempenho de gestores de TI.	Organização	2016	●	○	○	○	○
		2014	●	○	○	○	○
	Tribunal	2016	2%	37%	31%	18%	12%
		2014	2%	62%	18%	11%	8%
	Judiciário	2016	2%	38%	31%	19%	11%
		2014	2%	63%	18%	9%	8%

	Geral	2016	1%	42%	19%	21%	16%
		2014	3%	54%	13%	16%	14%
d. a organização define formalmente diretrizes para avaliação e incentivo ao desempenho de pessoal técnico de TI.	Organização	2016	●	○	○	○	○
		2014	●	○	○	○	○
	Tribunal	2016	2%	32%	31%	23%	12%
		2014	2%	58%	18%	14%	9%
	Judiciário	2016	2%	33%	31%	23%	11%
		2014	2%	58%	18%	12%	9%
	Geral	2016	2%	34%	19%	27%	19%
		2014	3%	45%	15%	18%	19%
e. a organização define formalmente diretrizes para escolha dos líderes da área de TI, ocupantes dos cargos de chefia e de assessoramento.	Organização	2016	●	○	○	○	○
		2014	●	○	○	○	○
	Tribunal	2016	2%	57%	26%	12%	3%
		2014	2%	71%	18%	5%	5%
	Judiciário	2016	2%	58%	27%	11%	3%
		2014	2%	71%	18%	5%	5%
	Geral	2016	3%	58%	15%	11%	12%
		2014	3%	61%	13%	13%	10%

1.6. Com relação ao monitoramento da governança e da gestão de TI:

Práticas	Resposta	Ano	Prática não adotada			Prática adotada	
			Não se aplica	Não adota	Iniciou plano	Parcial	Integral
a. a organização define formalmente diretrizes para avaliação da governança e da gestão de TI.	Organização	2016	○	●	○	○	○
		2014	●	○	○	○	○
	Tribunal	2016	0%	38%	17%	20%	25%
		2014	2%	42%	33%	18%	5%
	Judiciário	2016	0%	39%	17%	20%	23%
		2014	2%	43%	34%	17%	5%
	Geral	2016	0%	38%	24%	22%	15%
		2014	1%	46%	27%	18%	9%
b. a organização realiza avaliação periódica de governança e de gestão de TI.	Organização	2016	○	●	○	○	○
		2014	●	○	○	○	○
	Tribunal	2016	0%	29%	17%	26%	28%
		2014	2%	44%	21%	26%	8%
	Judiciário	2016	0%	30%	17%	25%	28%
		2014	2%	45%	22%	25%	8%
	Geral	2016	0%	35%	17%	30%	18%
		2014	1%	42%	23%	24%	9%
c. a organização realiza avaliação periódica de sistemas de informação.	Organização	2016	○	●	○	○	○
		2014	●	○	○	○	○
	Tribunal	2016	0%	43%	17%	32%	8%
		2014	3%	58%	11%	21%	8%
	Judiciário	2016	0%	44%	17%	31%	8%
		2014	3%	58%	11%	20%	8%

	Geral	2016	1%	35%	18%	35%	11%
		2014	1%	43%	19%	28%	9%
d. a organização realiza avaliação periódica de segurança da informação.	Organização	2016	○	●	○	○	○
		2014	●	○	○	○	○
	Tribunal	2016	0%	29%	25%	32%	14%
		2014	3%	45%	23%	15%	14%
	Judiciário	2016	0%	30%	25%	31%	14%
		2014	3%	46%	23%	15%	12%
	Geral	2016	1%	28%	24%	33%	15%
		2014	1%	34%	27%	24%	14%
e. a organização realiza avaliação periódica de contratos de TI.	Organização	2016	○	○	○	○	●
		2014	○	○	○	○	●
	Tribunal	2016	0%	22%	5%	32%	42%
		2014	2%	38%	9%	23%	29%
	Judiciário	2016	0%	22%	5%	33%	41%
		2014	2%	38%	9%	23%	28%
	Geral	2016	0%	19%	10%	34%	36%
		2014	2%	26%	12%	28%	32%

1.7. Com relação à auditoria interna:

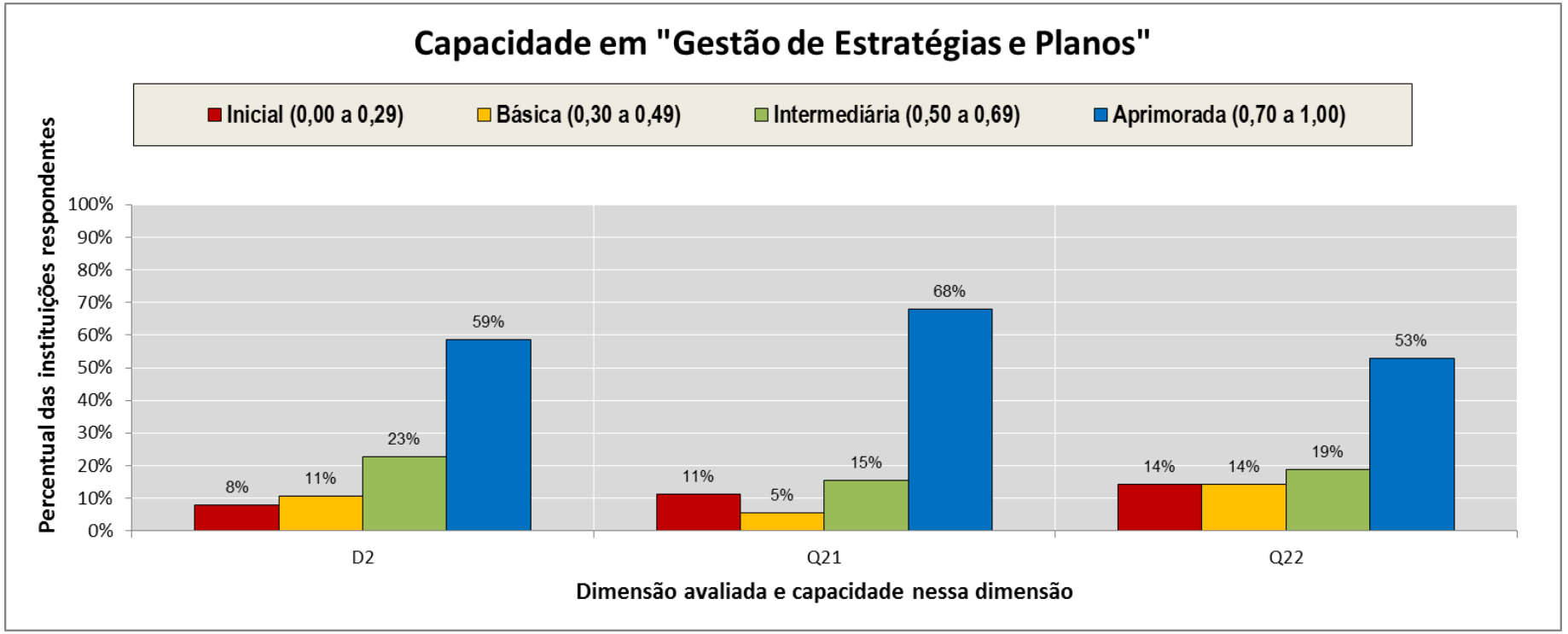
Práticas	Resposta	Ano	Prática não adotada			Prática adotada	
			Não se aplica	Não adota	Iniciou plano	Parcial	Integral
a. a auditoria interna possui pessoal capacitado para avaliar a governança e a gestão de TI. Quantitativo capacitado para essa avaliação: 3.	Organização	2016	○	○	○	●	○
		2014	○	●	○	○	○
	Tribunal	2016	0%	18%	26%	31%	25%
		2014	0%	42%	20%	24%	14%
	Judiciário	2016	0%	17%	27%	31%	25%
		2014	0%	42%	20%	25%	14%
	Geral	2016	11%	38%	16%	22%	14%
		2014	10%	48%	13%	17%	13%
b. a auditoria interna monitora as ações de governança e de gestão de TI.	Organização	2016	○	○	○	○	●
		2014	○	●	○	○	○
	Tribunal	2016	0%	17%	22%	37%	25%
		2014	0%	33%	27%	29%	11%
	Judiciário	2016	0%	17%	22%	38%	23%
		2014	0%	34%	28%	28%	11%
	Geral	2016	11%	31%	14%	30%	15%
		2014	9%	38%	17%	25%	10%
c. a organização aprova, de forma periódica, plano de auditoria que inclua avaliação da governança e da gestão de TI.	Organização	2016	○	○	○	○	●
		2014	○	○	○	●	○
	Tribunal	2016	0%	8%	18%	28%	46%
		2014	0%	17%	26%	29%	29%
	Judiciário	2016	0%	8%	19%	28%	45%
		2014	0%	17%	26%	28%	29%

	Geral	2016	10%	31%	13%	18%	28%
		2014	9%	40%	13%	15%	23%
d. a auditoria interna avalia a gestão de riscos de TI.	Organização	2016	○	●	○	○	○
		2014	○	●	○	○	○
	Tribunal	2016	0%	48%	31%	17%	5%
		2014	0%	62%	24%	9%	5%
	Judiciário	2016	0%	47%	31%	17%	5%
		2014	0%	63%	25%	8%	5%
	Geral	2016	12%	45%	20%	17%	7%
		2014	9%	56%	17%	13%	5%
e. a auditoria interna avalia os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.	Organização	2016	○	●	○	○	○
		2014	○	●	○	○	○
	Tribunal	2016	0%	45%	29%	18%	8%
		2014	0%	64%	24%	9%	3%
	Judiciário	2016	0%	44%	30%	19%	8%
		2014	0%	65%	25%	8%	3%
	Geral	2016	11%	35%	16%	23%	15%
		2014	9%	47%	16%	16%	12%
f. a auditoria interna considera o resultado dos levantamentos de governança de TI realizados pelo TCU como subsídio para o planejamento de seus trabalhos.	Organização	2016	○	○	○	●	○
		2014	○	●	○	○	○
	Tribunal	2016	0%	18%	20%	20%	42%
		2014	2%	45%	20%	23%	11%
	Judiciário	2016	0%	17%	20%	20%	42%
		2014	2%	46%	20%	22%	11%
	Geral	2016	11%	27%	15%	18%	28%
		2014	9%	38%	16%	16%	21%

Controles de Gestão

2. Estratégias e Planos (D2)

- **Objetivo:** Avaliar a capacidade da instituição em controle da gestão de estratégias e planos;
- **Questões:** 2.1 (Q21) e 2.2 (Q22)
- **Questões selecionadas para o iGovTI2016:** Q21 e Q22
- **Cálculo de D2 no iGovTI2016:** (Q21 * 0.44) + (Q22 * 0.56)
- **Nota obtida pela Instituição nessa dimensão (D2): 0,78**
- **Peso da Dimensão no iGovTI2016:** 16%
- **Distribuição das instituições avaliadas por nível de capacidade:**



2.1. Com relação ao planejamento estratégico institucional:

Práticas	Resposta	Ano	Prática não adotada			Prática adotada	
			Não se aplica	Não adota	Iniciou plano	Parcial	Integral
Processo							
a. a organização executa periodicamente **processo** de planejamento estratégico institucional.	Organização	2016	○	○	○	○	●
		2014	○	○	○	○	●
	Tribunal	2016	0%	2%	2%	5%	92%
		2014	0%	2%	2%	14%	83%
	Judiciário	2016	0%	2%	2%	5%	92%
		2014	0%	2%	2%	14%	83%
	Geral	2016	1%	4%	11%	14%	70%
		2014	0%	5%	12%	19%	65%
b. o **processo** de planejamento estratégico institucional prevê a participação das áreas mais relevantes da organização.	Organização	2016	○	○	○	○	●
		2014	○	○	○	○	●
	Tribunal	2016	0%	2%	2%	3%	94%
		2014	0%	3%	2%	6%	89%
	Judiciário	2016	0%	2%	2%	3%	94%
		2014	0%	3%	2%	6%	89%
	Geral	2016	1%	4%	7%	8%	80%
		2014	0%	5%	7%	10%	78%
c. o **processo** de planejamento estratégico institucional prevê a participação da área de TI.	Organização	2016	○	○	○	○	●
		2014	○	○	○	○	●
	Tribunal	2016	0%	2%	2%	2%	95%
		2014	0%	3%	3%	3%	91%
	Judiciário	2016	0%	2%	2%	2%	95%

		2014	0%	3%	3%	3%	91%
	Geral	2016	1%	5%	7%	12%	74%
		2014	0%	7%	10%	15%	69%
d. o **processo** de planejamento estratégico institucional está formalmente instituído como norma de cumprimento obrigatório.	Organização	2016	○	●	○	○	○
		2014	○	○	○	○	●
	Tribunal	2016	0%	12%	5%	9%	74%
		2014	0%	14%	6%	6%	74%
	Judiciário	2016	0%	12%	5%	9%	73%
		2014	0%	14%	6%	6%	74%
	Geral	2016	2%	14%	10%	16%	57%
		2014	1%	17%	14%	16%	53%
Plano Vigente							
e. a organização possui **plano** estratégico institucional **vigente**, formalmente instituído pelo seu dirigente máximo.	Organização	2016	○	○	○	○	●
		2014	○	○	○	○	●
	Tribunal	2016	0%	0%	0%	0%	100%
		2014	0%	0%	0%	0%	100%
	Judiciário	2016	0%	0%	0%	0%	100%
		2014	0%	0%	0%	0%	100%
	Geral	2016	1%	5%	7%	11%	76%
		2014	0%	8%	10%	13%	70%
f. o **plano** estratégico institucional **vigente** contém pelo menos um indicador de resultado para quantificar o cumprimento de cada objetivo estratégico estabelecido.	Organização	2016	○	○	○	○	●
		2014	○	○	○	○	●
	Tribunal	2016	0%	0%	0%	2%	98%
		2014	0%	0%	0%	8%	92%
	Judiciário	2016	0%	0%	0%	2%	98%
		2014	0%	0%	0%	8%	92%

	Geral	2016	2%	9%	10%	18%	60%
		2014	2%	12%	14%	21%	51%
g. o **plano** estratégico institucional **vigente** contém metas associadas aos indicadores de resultado.	Organização	2016	○	○	○	○	●
		2014	○	○	○	○	●
	Tribunal	2016	0%	0%	2%	0%	98%
		2014	0%	3%	3%	17%	77%
	Judiciário	2016	0%	0%	2%	0%	98%
		2014	0%	3%	3%	17%	77%
	Geral	2016	2%	10%	10%	18%	60%
		2014	2%	14%	15%	28%	42%
h. o **plano** estratégico institucional **vigente** estabelece as ações (atividades e projetos) consideradas necessárias para o alcance das metas fixadas.	Organização	2016	○	●	○	○	○
		2014	○	○	○	○	●
	Tribunal	2016	0%	6%	3%	9%	82%
		2014	0%	3%	5%	26%	67%
	Judiciário	2016	0%	6%	3%	9%	81%
		2014	0%	3%	5%	26%	66%
	Geral	2016	3%	9%	9%	18%	61%
		2014	2%	11%	12%	23%	52%
i. a execução do **plano** estratégico institucional **vigente** é acompanhada periodicamente quanto ao alcance das metas estabelecidas, para correção de desvios.	Organização	2016	○	○	○	●	○
		2014	○	○	○	●	○
	Tribunal	2016	0%	0%	5%	14%	82%
		2014	0%	8%	5%	23%	65%
	Judiciário	2016	0%	0%	5%	14%	81%
		2014	0%	8%	5%	23%	65%
	Geral	2016	3%	9%	14%	23%	51%
		2014	3%	13%	16%	23%	46%

j. o **plano** estratégico institucional **vigente** está publicado na internet para acesso livre. URL: www10.trf2.jus.br/ai/transparencia-publica/#estrategia-da-justca-federal-da-2a-regiao-para-o-ciclo-2015-2020	Organização	2016	○	○	○	○	●
		2014	○	○	○	○	●
	Tribunal	2016	0%	0%	0%	0%	100%
		2014	0%	8%	3%	2%	88%
	Judiciário	2016	0%	0%	0%	0%	100%
		2014	0%	8%	3%	0%	89%
	Geral	2016	5%	18%	8%	8%	61%
		2014	4%	24%	13%	8%	52%

2.2. Com relação ao planejamento de tecnologia da informação:

Práticas	Resposta	Ano	Prática não adotada			Prática adotada	
			Não se aplica	Não adota	Iniciou plano	Parcial	Integral
Processo							
a. a organização executa periodicamente **processo** de planejamento de TI.	Organização	2016	○	○	○	○	●
		2014	○	○	○	○	●
	Tribunal	2016	0%	3%	14%	14%	69%
		2014	0%	11%	17%	15%	58%
	Judiciário	2016	0%	3%	14%	14%	69%
		2014	0%	11%	17%	15%	57%
	Geral	2016	0%	4%	12%	21%	62%
		2014	1%	8%	17%	19%	56%
b. o **processo** de planejamento de TI prevê a participação das áreas mais relevantes da organização.	Organização	2016	○	○	○	○	●
		2014	○	○	○	●	○
	Tribunal	2016	0%	3%	18%	9%	69%
		2014	0%	18%	17%	17%	48%
	Judiciário	2016	0%	3%	19%	9%	69%
		2014	0%	18%	17%	17%	48%
	Geral	2016	1%	4%	11%	16%	68%
		2014	1%	9%	13%	17%	58%
c. o **processo** de planejamento de TI prevê a participação do comitê de TI.	Organização	2016	○	○	○	○	●
		2014	○	○	○	○	●
	Tribunal	2016	0%	2%	17%	8%	74%
		2014	2%	12%	21%	6%	59%
	Judiciário	2016	0%	2%	17%	8%	73%

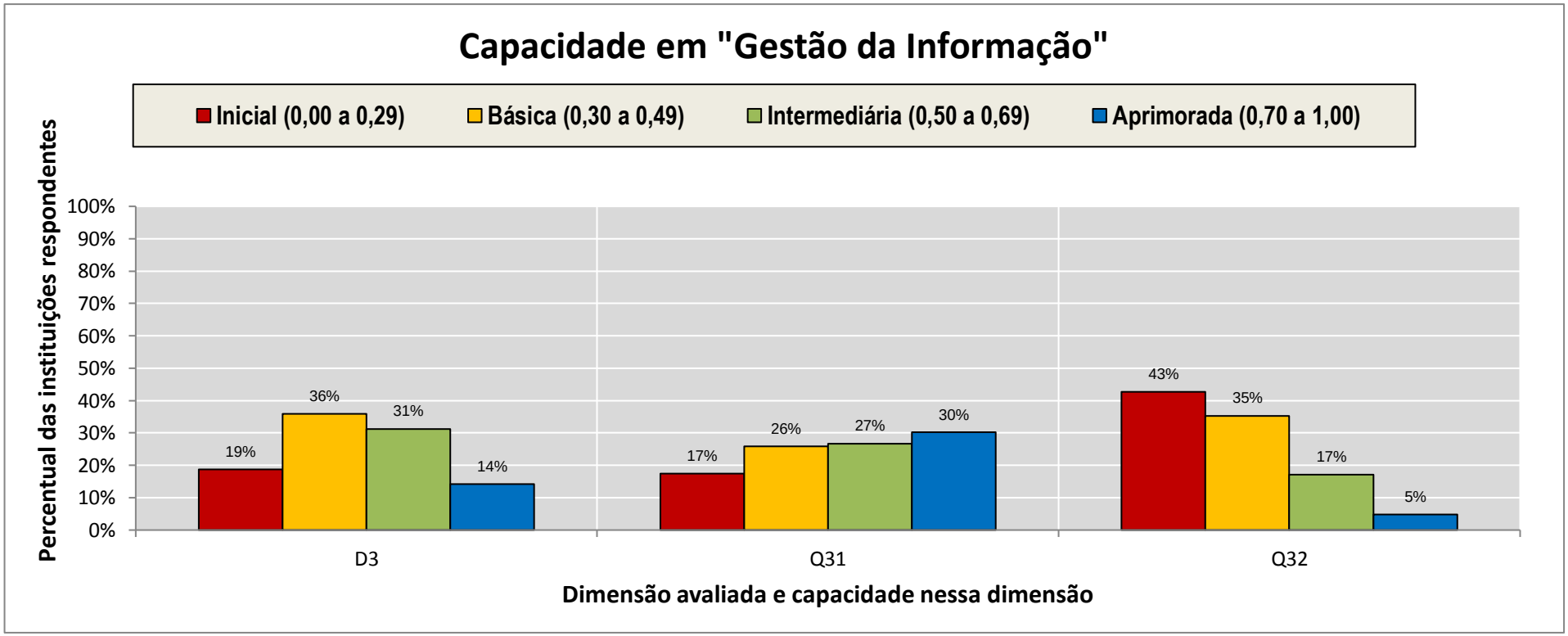
		2014	2%	12%	22%	6%	58%
	Geral	2016	1%	6%	13%	10%	70%
		2014	3%	11%	14%	11%	62%
d. o **processo** de planejamento de TI está formalmente instituído como norma de cumprimento obrigatório.	Organização	2016	○	○	○	○	●
		2014	○	○	○	○	●
	Tribunal	2016	0%	17%	25%	8%	51%
		2014	2%	32%	26%	5%	36%
	Judiciário	2016	0%	17%	25%	8%	50%
		2014	2%	32%	26%	5%	35%
	Geral	2016	1%	18%	17%	17%	46%
		2014	2%	25%	22%	12%	39%
Plano Vigente							
e. a organização possui **plano** de TI **vigente**, formalmente instituído pelo seu dirigente máximo.	Organização	2016	○	○	○	○	●
		2014	○	○	○	○	●
	Tribunal	2016	0%	2%	12%	3%	83%
		2014	0%	6%	3%	5%	86%
	Judiciário	2016	0%	2%	12%	3%	83%
		2014	0%	6%	3%	5%	86%
	Geral	2016	1%	6%	14%	11%	68%
		2014	1%	11%	15%	10%	64%
f. o **plano** de TI **vigente** contempla objetivos, indicadores e metas para a TI, com os objetivos explicitamente alinhados aos objetivos de negócio constantes do plano estratégico institucional.	Organização	2016	○	○	○	○	●
		2014	○	○	○	○	●
	Tribunal	2016	0%	2%	12%	3%	83%
		2014	2%	3%	3%	20%	73%
	Judiciário	2016	0%	2%	12%	3%	83%
		2014	2%	3%	3%	20%	72%

	Geral	2016	2%	7%	15%	18%	58%
		2014	3%	12%	14%	24%	48%
g. o **plano** de TI **vigente** contém alocação de recursos (orçamentários, humanos e materiais) e estratégia de execução indireta (terceirização).	Organização	2016	○	○	○	●	○
		2014	○	●	○	○	○
	Tribunal	2016	2%	23%	15%	35%	25%
		2014	2%	35%	12%	32%	20%
	Judiciário	2016	2%	23%	16%	34%	25%
		2014	2%	35%	12%	31%	20%
	Geral	2016	2%	17%	17%	32%	32%
		2014	3%	21%	16%	32%	28%
h. a execução do **plano** de TI **vigente** é acompanhada periodicamente quanto ao alcance das metas estabelecidas, para correção de desvios.	Organização	2016	○	○	○	●	○
		2014	○	●	○	○	○
	Tribunal	2016	0%	3%	31%	26%	40%
		2014	2%	18%	14%	29%	38%
	Judiciário	2016	0%	3%	31%	27%	39%
		2014	2%	18%	14%	29%	37%
	Geral	2016	2%	12%	24%	28%	35%
		2014	3%	16%	23%	27%	32%
i. o **plano** de TI **vigente** vincula as ações (atividades e projetos) a indicadores e metas de negócio.	Organização	2016	○	●	○	○	○
		2014	○	○	○	○	●
	Tribunal	2016	0%	12%	18%	12%	57%
		2014	2%	26%	8%	23%	42%
	Judiciário	2016	0%	12%	19%	12%	56%
		2014	2%	25%	8%	23%	43%
	Geral	2016	2%	14%	20%	27%	37%
		2014	3%	24%	22%	24%	27%

j. o **plano** de TI **vigente** fundamenta a proposta orçamentária de TI.	Organização	2016	○	○	○	○	●
		2014	○	○	○	○	●
	Tribunal	2016	0%	8%	23%	15%	54%
		2014	2%	20%	11%	23%	45%
	Judiciário	2016	0%	8%	23%	16%	53%
		2014	2%	20%	11%	23%	45%
	Geral	2016	2%	14%	20%	22%	42%
		2014	3%	17%	19%	23%	38%

3. Informações (D3)

- **Objetivo:** Avaliar a capacidade da instituição em controle da gestão de informação e conhecimento
- **Questões:** 3.1 (Q31), 3.2 (Q32) e 3.3 (Q33)
- **Questões selecionadas para o iGovTI2016:** Q31 e Q32
- **Cálculo de D3 no iGovTI2016:** Q31 * 0.66 + Q32 * 0.34
- **Nota obtida pela Instituição nessa dimensão (D3): 0,67**
- **Peso da dimensão no iGovTI2016:** 16%
- **Distribuição das instituições avaliadas por nível de capacidade:**



3.1. Com relação à informatização dos processos organizacionais:

Práticas	Resposta	Ano	Prática não adotada			Prática adotada	
			Não se aplica	Não adota	Iniciou plano	Parcial	Integral
a. a organização identifica e mapeia os principais processos de negócio.	Organização	2016	○	○	●	○	○
		2014	○	○	●	○	○
	Tribunal	2016	2%	5%	9%	51%	34%
		2014	0%	14%	26%	32%	29%
	Judiciário	2016	2%	5%	9%	52%	33%
		2014	0%	14%	26%	31%	29%
	Geral	2016	1%	11%	15%	43%	30%
		2014	1%	11%	23%	38%	27%
b. os principais processos de negócio da organização são suportados por sistemas informatizados.	Organização	2016	○	○	○	○	●
		2014	○	○	○	○	●
	Tribunal	2016	2%	2%	0%	22%	75%
		2014	0%	3%	0%	33%	64%
	Judiciário	2016	2%	2%	0%	22%	75%
		2014	0%	3%	0%	34%	63%
	Geral	2016	1%	3%	6%	42%	48%
		2014	1%	4%	6%	48%	41%
c. há catálogo publicado com informações atualizadas de cada um dos sistemas informatizados.	Organização	2016	○	○	○	○	●
		2014	○	○	○	●	○
	Tribunal	2016	2%	9%	22%	43%	25%
		2014	0%	21%	29%	33%	17%
	Judiciário	2016	2%	9%	22%	44%	23%
		2014	0%	22%	28%	34%	17%

	Geral	2016	1%	22%	22%	33%	22%
		2014	1%	32%	26%	25%	17%
d. a organização designa formalmente responsáveis da área de negócio para a gestão dos respectivos sistemas informatizados.	Organização	2016	○	○	○	○	●
		2014	○	○	○	○	●
	Tribunal	2016	2%	14%	18%	35%	31%
		2014	2%	26%	12%	36%	24%
	Judiciário	2016	2%	14%	19%	36%	30%
		2014	2%	26%	12%	37%	23%
	Geral	2016	1%	18%	19%	33%	30%
		2014	1%	23%	16%	31%	28%

3.2. Com relação à transparência das informações relacionadas à gestão e ao uso de TI:

Práticas	Resposta	Ano	Prática não adotada			Prática adotada	
			Não se aplica	Não adota	Iniciou plano	Parcial	Integral
a. Os planos de TI vigentes são divulgados na internet, sendo facilmente acessados. URL: dados.gov.br/dados-abertos	Organização	2016	○	○	○	●	○
		2014	○	○	○	○	●
	Tribunal	2016	0%	9%	17%	12%	62%
		2014	0%	24%	9%	18%	48%
	Judiciário	2016	0%	9%	17%	12%	61%
		2014	0%	25%	9%	17%	49%
	Geral	2016	3%	20%	16%	8%	53%
		2014	4%	26%	14%	15%	41%
b. as informações sobre o alcance dos objetivos de TI planejados são divulgados na internet, sendo facilmente acessadas.	Organização	2016	○	○	○	●	○
		2014	○	○	●	○	○
	Tribunal	2016	0%	32%	20%	26%	22%
		2014	0%	53%	24%	14%	9%
	Judiciário	2016	0%	33%	20%	27%	20%
		2014	0%	52%	25%	14%	9%
	Geral	2016	4%	39%	22%	15%	20%
		2014	4%	46%	24%	13%	13%
c. as informações sobre o acompanhamento das ações e dos projetos de TI são divulgadas na internet, sendo facilmente acessadas.	Organização	2016	○	○	○	●	○
		2014	○	○	●	○	○
	Tribunal	2016	0%	40%	28%	23%	9%
		2014	0%	62%	23%	9%	6%
	Judiciário	2016	0%	41%	28%	22%	9%
		2014	0%	62%	23%	9%	6%

	Geral	2016	4%	48%	24%	15%	9%
		2014	4%	56%	24%	9%	6%
d. os editais, seus respectivos anexos e os resultados das licitações de TI (inteiro teor) são divulgados na internet, sendo facilmente acessados.	Organização	2016	○	○	○	●	○
		2014	○	○	○	○	●
	Tribunal	2016	2%	0%	3%	12%	83%
		2014	0%	3%	0%	12%	85%
	Judiciário	2016	2%	0%	3%	12%	83%
		2014	0%	3%	0%	12%	85%
	Geral	2016	2%	7%	5%	14%	72%
		2014	1%	7%	4%	18%	70%
e. os estudos técnicos preliminares (inteiro teor) são divulgados na internet, juntamente com os editais de licitação de TI, sendo facilmente acessados.	Organização	2016	●	○	○	○	○
		2014	○	●	○	○	○
	Tribunal	2016	3%	43%	29%	15%	9%
		2014	6%	61%	18%	5%	11%
	Judiciário	2016	3%	42%	30%	16%	9%
		2014	6%	60%	18%	5%	11%
	Geral	2016	4%	53%	16%	14%	14%
		2014	5%	57%	11%	15%	12%
f. os contratos de TI e os respectivos aditivos (inteiro teor) são divulgados na internet, sendo facilmente acessados.	Organização	2016	○	○	●	○	○
		2014	○	●	○	○	○
	Tribunal	2016	2%	8%	9%	15%	66%
		2014	3%	24%	6%	8%	59%
	Judiciário	2016	2%	8%	9%	16%	66%
		2014	3%	25%	6%	8%	58%
	Geral	2016	2%	29%	12%	19%	38%
		2014	2%	34%	10%	16%	38%

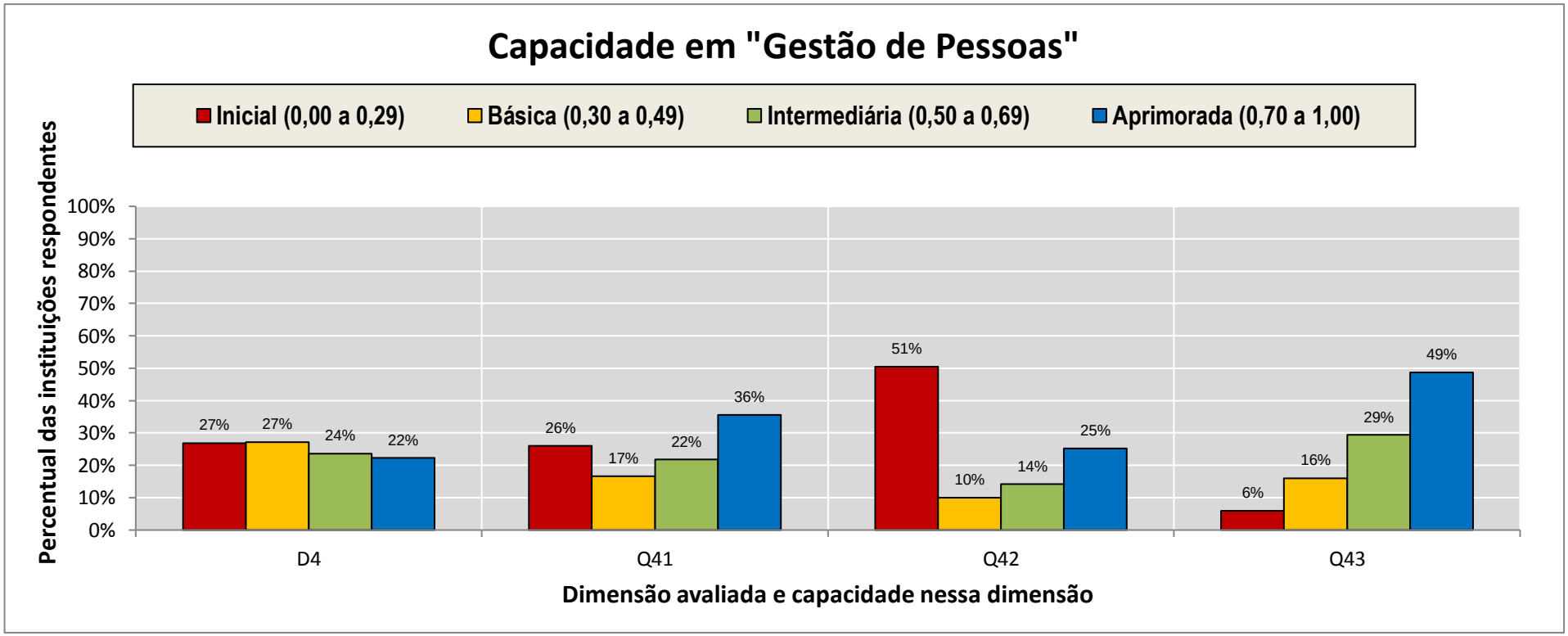
g. a execução orçamentária de TI, ao longo do exercício, é divulgada na internet, sendo facilmente acessada.	Organização	2016	○	○	○	○	●
		2014	○	●	○	○	○
	Tribunal	2016	2%	37%	15%	14%	32%
		2014	2%	45%	8%	15%	30%
	Judiciário	2016	2%	38%	16%	14%	31%
		2014	2%	46%	8%	15%	29%
	Geral	2016	4%	54%	13%	11%	18%
		2014	5%	51%	12%	12%	21%
h. as informações sobre gestão e uso de TI divulgadas pela organização atendem aos princípios dos "Dados Abertos Governamentais" (http://dados.gov.br/dados-abertos).	Organização	2016	○	○	○	●	○
		2014	○	●	○	○	○
	Tribunal	2016	0%	46%	26%	8%	20%
		2014	0%	74%	15%	3%	8%
	Judiciário	2016	0%	47%	27%	8%	19%
		2014	0%	75%	15%	2%	8%
	Geral	2016	4%	58%	21%	6%	11%
		2014	4%	67%	16%	5%	8%

3.3. Com relação ao acesso a informações e a sua divulgação:

Práticas	Resposta	Ano	Prática não adotada			Prática adotada	
			Não se aplica	Não adota	Iniciou plano	Parcial	Integral
a. a organização cataloga as informações de interesse coletivo ou geral por ela produzidas ou custodiadas.	Organização	2016	○	●	○	○	○
		2014	N/C	N/C	N/C	N/C	N/C
	Tribunal	2016	2%	22%	6%	42%	29%
		2014	N/C	N/C	N/C	N/C	N/C
	Judiciário	2016	2%	22%	5%	42%	30%
		2014	N/C	N/C	N/C	N/C	N/C
	Geral	2016	2%	23%	14%	36%	25%
		2014	N/C	N/C	N/C	N/C	N/C
b. a organização publica conjuntos de dados aderentes aos princípios de dados abertos.	Organização	2016	○	●	○	○	○
		2014	N/C	N/C	N/C	N/C	N/C
	Tribunal	2016	3%	46%	12%	28%	11%
		2014	N/C	N/C	N/C	N/C	N/C
	Judiciário	2016	3%	47%	11%	28%	11%
		2014	N/C	N/C	N/C	N/C	N/C
	Geral	2016	3%	37%	19%	30%	11%
		2014	N/C	N/C	N/C	N/C	N/C

4. Pessoas (D4)

- **Objetivo:** Avaliar a capacidade da instituição em controle da gestão de pessoas
- **Questões:** 4.1 (Q41), 4.2 (Q42) e 4.3 (Q43)
- **Questões selecionadas para o iGovTI2016:** Q41, Q42 e Q43
- **Cálculo de D4 no iGovTI2016:** (Q41 * 0.48) + (Q42 * 0.41) + (Q43 * 0.11)
- **Nota obtida pela Instituição nessa dimensão (D4): 0,39**
- **Peso da dimensão no iGovTI2016:** 16%
- **Distribuição das instituições avaliadas por nível de capacidade:**



4.1. Com relação ao desenvolvimento de competências de TI:

Práticas	Resposta	Ano	Prática não adotada			Prática adotada	
			Não se aplica	Não adota	Iniciou plano	Parcial	Integral
a. a organização define as competências necessárias para o pessoal de TI executar suas atividades.	Organização	2016	○	●	○	○	○
		2014	○	●	○	○	○
	Tribunal	2016	0%	8%	28%	25%	40%
		2014	0%	20%	30%	21%	29%
	Judiciário	2016	0%	8%	28%	25%	39%
		2014	0%	20%	31%	22%	28%
	Geral	2016	1%	17%	15%	33%	34%
		2014	1%	18%	19%	33%	29%
b. a organização define critérios para avaliação e atendimento dos pedidos de capacitação.	Organização	2016	●	○	○	○	○
		2014	○	○	○	●	○
	Tribunal	2016	2%	11%	14%	29%	45%
		2014	0%	17%	12%	24%	47%
	Judiciário	2016	2%	11%	14%	30%	44%
		2014	0%	17%	12%	25%	46%
	Geral	2016	1%	15%	11%	31%	42%
		2014	1%	16%	12%	29%	42%
c. a organização elabora, periodicamente, plano de capacitação para suprir as necessidades de desenvolvimento de competências de TI.	Organização	2016	○	○	○	○	●
		2014	○	○	○	●	○
	Tribunal	2016	0%	0%	5%	22%	74%
		2014	0%	3%	14%	21%	62%
	Judiciário	2016	0%	0%	5%	22%	73%
		2014	0%	3%	14%	22%	62%

	Geral	2016	1%	11%	14%	29%	46%
		2014	1%	12%	15%	29%	43%
d. a organização acompanha a execução do plano de capacitação, com identificação e correção de desvios.	Organização	2016	○	○	○	○	●
		2014	○	●	○	○	○
	Tribunal	2016	0%	9%	12%	37%	42%
		2014	0%	12%	11%	30%	47%
	Judiciário	2016	0%	9%	12%	38%	41%
		2014	0%	12%	11%	31%	46%
	Geral	2016	1%	25%	15%	31%	29%
		2014	2%	27%	14%	32%	25%
e. a organização avalia a execução do plano de capacitação, verificando se os objetivos e resultados esperados foram alcançados.	Organização	2016	○	○	○	●	○
		2014	○	○	○	●	○
	Tribunal	2016	0%	18%	29%	29%	23%
		2014	0%	24%	23%	33%	20%
	Judiciário	2016	0%	19%	30%	28%	23%
		2014	0%	25%	23%	34%	18%
	Geral	2016	1%	28%	18%	31%	22%
		2014	2%	33%	16%	30%	19%
f. o plano de capacitação inclui o desenvolvimento de competências em gestão de TI.	Organização	2016	○	○	○	○	●
		2014	○	○	○	●	○
	Tribunal	2016	0%	3%	9%	26%	62%
		2014	0%	12%	14%	21%	53%
	Judiciário	2016	0%	3%	9%	27%	61%
		2014	0%	12%	14%	22%	52%
	Geral	2016	1%	17%	17%	25%	41%
		2014	2%	21%	15%	24%	39%

g. o plano de capacitação inclui o desenvolvimento de competências em contratação de bens e serviços de TI e na gestão dos contratos decorrentes.	Organização	2016	○	○	○	○	●
		2014	○	○	○	○	●
	Tribunal	2016	0%	3%	8%	22%	68%
		2014	0%	18%	11%	18%	53%
	Judiciário	2016	0%	3%	8%	22%	67%
		2014	0%	18%	11%	18%	52%
	Geral	2016	1%	16%	17%	24%	43%
		2014	2%	22%	14%	26%	37%
h. as informações sobre gestão e uso de TI divulgadas pela organização atendem aos princípios dos "Dados Abertos Governamentais" (http://dados.gov.br/dados-abertos).	Organização	2016	●	○	○	○	○
		2014	○	○	○	○	●
	Tribunal	2016	2%	28%	6%	23%	42%
		2014	5%	42%	3%	6%	44%
	Judiciário	2016	2%	28%	6%	23%	41%
		2014	5%	43%	3%	6%	43%
	Geral	2016	5%	41%	7%	20%	27%
		2014	5%	45%	6%	17%	28%

4.2. Com relação ao desempenho do pessoal de TI:

Práticas	Resposta	Ano	Prática não adotada			Prática adotada	
			Não se aplica	Não adota	Iniciou plano	Parcial	Integral
a. a organização estabelece metas de desempenho para o pessoal de TI.	Organização	2016	●	○	○	○	○
		2014	○	●	○	○	○
	Tribunal	2016	3%	62%	15%	9%	11%
		2014	0%	77%	8%	5%	11%
	Judiciário	2016	3%	62%	16%	9%	9%
		2014	0%	78%	8%	5%	9%
	Geral	2016	2%	43%	15%	17%	23%
		2014	3%	49%	13%	13%	22%
b. a organização avalia periodicamente o desempenho do pessoal de TI.	Organização	2016	●	○	○	○	○
		2014	○	○	○	●	○
	Tribunal	2016	2%	38%	15%	18%	26%
		2014	0%	53%	3%	15%	29%
	Judiciário	2016	2%	39%	16%	19%	25%
		2014	0%	54%	3%	15%	28%
	Geral	2016	1%	29%	12%	22%	36%
		2014	2%	31%	9%	20%	37%
c. a organização estabelece benefício, financeiro ou não, em função do desempenho alcançado pelo pessoal de TI.	Organização	2016	●	○	○	○	○
		2014	○	●	○	○	○
	Tribunal	2016	5%	75%	11%	6%	3%
		2014	5%	85%	2%	3%	6%
	Judiciário	2016	5%	77%	11%	6%	2%
		2014	5%	86%	2%	3%	5%

	Geral	2016	7%	54%	6%	13%	19%
		2014	10%	58%	3%	11%	19%

4.3. Com relação à força de trabalho de TI:

Obs: os números relativos ao grupo, segmento e geral, nos itens “a” a “m”, correspondem ao somatório dos valores individuais.

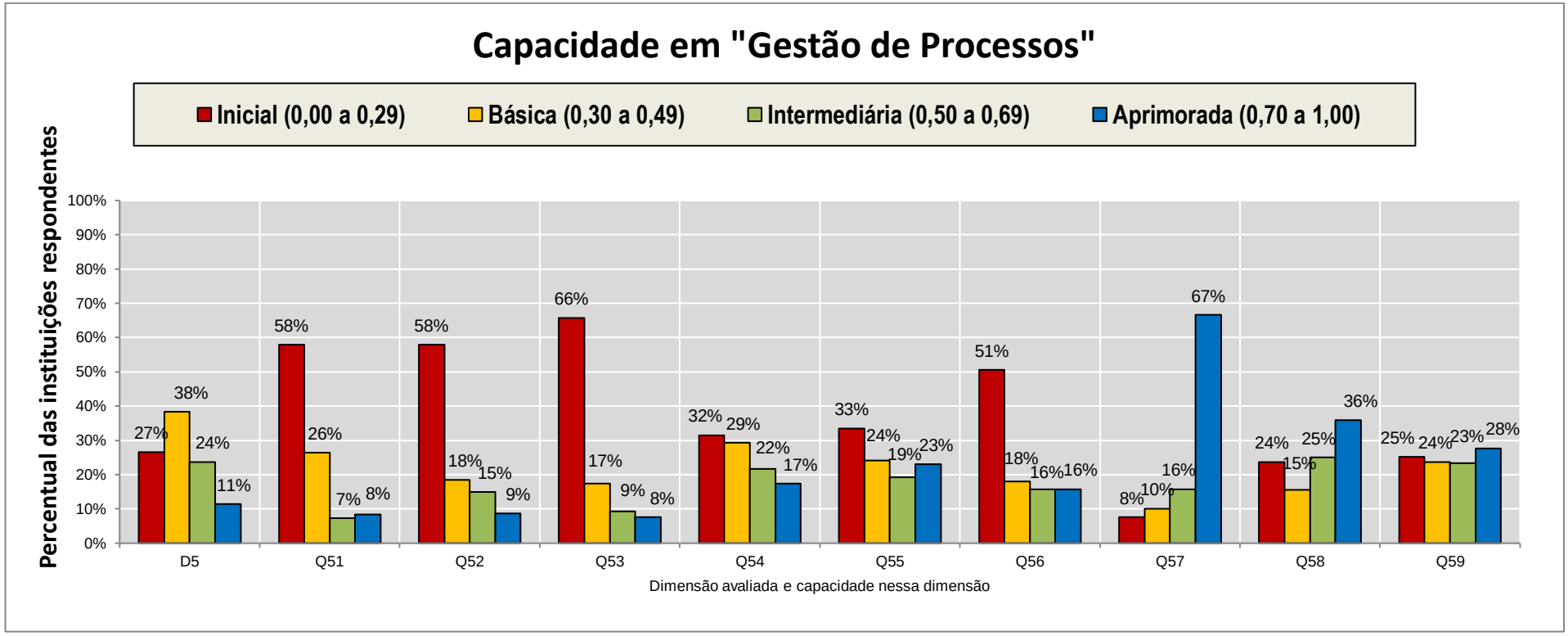
Itens	Resposta	Quantitativo	
		2016	2014
a. quantitativo aprovado como força de trabalho em TI.	Organização	181	97
	Tribunal	4.278	4.018
	Judiciário	4.111	3.852
	Geral	41.160	41.466
b. quantitativo necessário (ideal) como força de trabalho em TI.	Organização	208	225
	Tribunal	8.665	6.906
	Judiciário	8.498	6.690
	Geral	56.993	55.734
c. quantitativo total da força de trabalho existente (real) em TI.	Organização	181	141
	Tribunal	5.765	4.960
	Judiciário	5.622	4.819
	Geral	55.403	54.677
d. quantitativo de servidores/empregados públicos efetivos da carreira de TI da própria instituição.	Organização	94	97
	Tribunal	3.494	3.108
	Judiciário	3.372	2.970
	Geral	31.200	46.109
e. quantitativo de servidores/empregados públicos efetivos de outras carreiras (não TI) da própria instituição.	Organização	32	0
	Tribunal	8.937	1.477
	Judiciário	8.916	1.474
	Geral	79.968	48.456
f. quantitativo de servidores/empregados públicos cedidos de outras instituições públicas.	Organização	2	0
	Tribunal	205	183
	Judiciário	205	183

	Geral	1.643	970
g. quantitativo de servidores/empregados públicos não efetivos em cargos de livre nomeação.	Organização	0	0
	Tribunal	15	16
	Judiciário	15	16
	Geral	516	323
h. quantitativo de estagiários lotados na área de TI.	Organização	14	33
	Tribunal	549	656
	Judiciário	501	597
	Geral	2.878	3.424
i. quantitativo de terceirizados de TI que trabalham regularmente no ambiente da instituição (contratos de serviços continuados com cessão de mão de obra).	Organização	72	55
	Tribunal	1.197	1.594
	Judiciário	1.092	1.525
	Geral	6.893	14.131
j. quantitativo de terceirizados de TI que trabalham no ambiente da instituição para execução de projetos de tempo determinado.	Organização	0	0
	Tribunal	122	117
	Judiciário	67	57
	Geral	6.976	5.118
k. quantitativo de servidores/empregados públicos do quadro de TI que NÃO atuam na área de TI da instituição.	Organização	18	11
	Tribunal	442	363
	Judiciário	410	327
	Geral	4.069	3.344
l. quantitativo de servidores/empregados públicos do quadro de TI que NÃO atuam na instituição.	Organização	1	0
	Tribunal	136	131
	Judiciário	136	131
	Geral	1.059	748
m. Outros. Qual(is)?	Organização	0	0
	Tribunal	145	155

	Judiciário	145	155
	Geral	539	1.021
n. o quantitativo considerado ideal (item b) foi estimado com base em estudo técnico de avaliação quantitativa e qualitativa do quadro de pessoal da área de TI.	Organização	☒	☒
	Tribunal	65%	58%
	Judiciário	64%	57%
	Geral	50%	50%

5. Processos (D5)

- **Objetivo:** Avaliar a capacidade da instituição em controle da gestão de processos
- **Questões:** 5.1 (Q51), 5.2 (Q52), 5.3 (Q53), 5.4 (Q54), 5.5 (Q55), 5.6 (Q56), 5.7 (Q57), 5.8 (Q58), 5.9 (Q59) e 5.10 (Q510)
- **Questões selecionadas para o iGovTI2016:** Q51, Q52, Q53, Q54, Q55, Q56, Q57, Q58 e Q59
- **Cálculo de D5 no iGovTI2016:** (Q51 * 0.12) + (Q52 * 0.1) + (Q53 * 0.11) + (Q54 * 0.13) + (Q55 * 0.11) + (Q56 * 0.11) + (Q57 * 0.1) + (Q58 * 0.11) + (Q59 * 0.11)
- **Nota obtida pela Instituição nessa dimensão (D5):** **0,47**
- **Peso da dimensão no iGovTI2016:** 19%
- **Distribuição das instituições avaliadas por nível de capacidade:**



5.1. Com relação aos processos de gerenciamento de serviços de TI:

Obs.: conceitos baseados na biblioteca ITIL v.3

Práticas	Resposta	Ano	Prática não adotada			Prática adotada	
			Não se aplica	Não adota	Iniciou plano	Parcial	Integral
Desenho de serviço							
a. a organização executa processo de gerenciamento do catálogo de serviços.	Organização	2016	○	○	○	○	●
		2014	○	○	○	●	○
	Tribunal	2016	2%	6%	40%	28%	25%
		2014	3%	23%	45%	20%	9%
	Judiciário	2016	2%	6%	39%	28%	25%
		2014	3%	23%	45%	20%	9%
	Geral	2016	1%	18%	32%	34%	16%
		2014	2%	28%	38%	24%	9%
b. o processo de gerenciamento do catálogo de serviços está formalmente instituído como norma de cumprimento obrigatório.	Organização	2016	○	○	○	○	●
		2014	○	●	○	○	○
	Tribunal	2016	2%	32%	43%	6%	17%
		2014	3%	52%	42%	2%	2%
	Judiciário	2016	2%	31%	44%	6%	17%
		2014	3%	52%	42%	2%	2%
	Geral	2016	1%	45%	35%	9%	10%
		2014	2%	49%	36%	7%	5%
c. a organização executa processo de gerenciamento da continuidade dos serviços de TI.	Organização	2016	○	○	●	○	○
		2014	○	●	○	○	○
	Tribunal	2016	2%	28%	49%	17%	5%
		2014	3%	47%	33%	17%	0%

	Judiciário	2016	2%	28%	48%	17%	5%
		2014	3%	48%	34%	15%	0%
	Geral	2016	1%	32%	34%	26%	8%
		2014	2%	36%	33%	23%	7%
d. o processo de gerenciamento de continuidade dos serviços de TI está formalmente instituído como norma de cumprimento obrigatório.	Organização	2016	○	○	●	○	○
		2014	○	●	○	○	○
	Tribunal	2016	2%	49%	38%	5%	6%
		2014	3%	61%	32%	3%	2%
	Judiciário	2016	2%	50%	38%	5%	6%
		2014	3%	62%	31%	3%	2%
	Geral	2016	1%	52%	31%	9%	7%
		2014	2%	57%	31%	5%	5%
Transição de serviço							
e. a organização executa processo de gerenciamento de mudanças.	Organização	2016	○	○	●	○	○
		2014	○	○	●	○	○
	Tribunal	2016	2%	20%	43%	22%	14%
		2014	2%	38%	32%	23%	6%
	Judiciário	2016	2%	20%	44%	20%	14%
		2014	2%	38%	32%	22%	6%
	Geral	2016	1%	33%	29%	21%	17%
		2014	2%	37%	27%	23%	11%
f. o processo de gerenciamento de mudanças está formalmente instituído como norma de cumprimento obrigatório.	Organização	2016	○	○	●	○	○
		2014	○	○	●	○	○
	Tribunal	2016	2%	35%	48%	6%	9%
		2014	2%	52%	42%	5%	0%
	Judiciário	2016	2%	36%	48%	5%	9%

		2014	2%	52%	43%	3%	0%
	Geral	2016	1%	51%	29%	7%	12%
		2014	2%	57%	26%	7%	9%
g. a organização executa processo de gerenciamento de configuração e ativos.	Organização	2016	○	○	●	○	○
		2014	○	○	○	●	○
	Tribunal	2016	2%	12%	45%	34%	8%
		2014	2%	29%	38%	30%	2%
	Judiciário	2016	2%	12%	45%	33%	8%
		2014	2%	29%	38%	29%	2%
	Geral	2016	1%	23%	29%	35%	12%
		2014	1%	25%	30%	36%	8%
h. o processo de gerenciamento de configuração e ativos está formalmente instituído como norma de cumprimento obrigatório.	Organização	2016	○	○	●	○	○
		2014	○	●	○	○	○
	Tribunal	2016	2%	37%	49%	5%	8%
		2014	2%	55%	38%	5%	2%
	Judiciário	2016	2%	38%	48%	5%	8%
		2014	2%	55%	38%	3%	2%
	Geral	2016	1%	51%	32%	8%	8%
		2014	2%	53%	29%	9%	7%
i. a organização executa processo de gerenciamento de liberação e implantação.	Organização	2016	○	○	●	○	○
		2014	○	●	○	○	○
	Tribunal	2016	2%	25%	37%	25%	12%
		2014	2%	47%	23%	23%	6%
	Judiciário	2016	2%	25%	38%	25%	11%
		2014	2%	48%	23%	22%	6%
	Geral	2016	1%	31%	22%	30%	16%
		2014	1%	40%	24%	25%	9%

j. o processo de gerenciamento de liberação e implantação está formalmente instituído como norma de cumprimento obrigatório.	Organização	2016	○	○	●	○	○
		2014	○	●	○	○	○
	Tribunal	2016	2%	43%	42%	6%	8%
		2014	2%	64%	30%	5%	0%
	Judiciário	2016	2%	44%	42%	5%	8%
		2014	2%	65%	31%	3%	0%
	Geral	2016	1%	51%	31%	8%	9%
		2014	2%	59%	26%	7%	6%
Operação de serviço							
k. a organização executa processo de gerenciamento de incidentes.	Organização	2016	○	○	○	○	●
		2014	○	○	○	○	●
	Tribunal	2016	2%	9%	15%	31%	43%
		2014	2%	18%	15%	33%	32%
	Judiciário	2016	2%	9%	16%	31%	42%
		2014	2%	18%	15%	34%	31%
	Geral	2016	1%	18%	14%	32%	35%
		2014	2%	23%	20%	29%	27%
l. o processo de gerenciamento de incidentes está formalmente instituído como norma de cumprimento obrigatório.	Organização	2016	○	○	○	○	●
		2014	○	○	●	○	○
	Tribunal	2016	2%	23%	32%	15%	28%
		2014	2%	35%	39%	9%	15%
	Judiciário	2016	2%	23%	33%	16%	27%
		2014	2%	35%	40%	8%	15%
	Geral	2016	1%	39%	29%	13%	19%
		2014	2%	45%	29%	10%	14%
	Organização	2016	○	○	●	○	○

m. a organização executa processo de gerenciamento de problemas.		2014	○	●	○	○	○
	Tribunal	2016	2%	23%	43%	25%	8%
		2014	2%	33%	35%	24%	6%
	Judiciário	2016	2%	22%	44%	25%	8%
		2014	2%	34%	34%	25%	6%
	Geral	2016	1%	26%	25%	32%	16%
		2014	1%	33%	25%	29%	12%
n. o processo de gerenciamento de problemas está formalmente instituído como norma de cumprimento obrigatório.	Organização	2016	○	○	●	○	○
		2014	○	●	○	○	○
	Tribunal	2016	2%	38%	46%	3%	11%
		2014	2%	50%	44%	3%	2%
	Judiciário	2016	2%	38%	47%	3%	11%
		2014	2%	51%	43%	3%	2%
	Geral	2016	1%	48%	33%	8%	10%
		2014	2%	55%	29%	8%	7%

5.2. Com relação ao gerenciamento de nível de serviço de TI:

Práticas	Resposta	Ano	Prática não adotada			Prática adotada	
			Não se aplica	Não adota	Iniciou plano	Parcial	Integral
a. a organização mantém um catálogo publicado e atualizado dos serviços de TI oferecidos às áreas clientes, incluindo os níveis de serviço definidos.	Organização	2016	○	○	○	●	○
		2014	○	●	○	○	○
	Tribunal	2016	2%	12%	42%	28%	17%
		2014	0%	24%	50%	15%	11%
	Judiciário	2016	2%	12%	42%	27%	17%
		2014	0%	25%	49%	15%	11%
	Geral	2016	1%	21%	30%	34%	15%
		2014	1%	28%	38%	24%	9%
b. os níveis de serviço são formalmente definidos entre a área de TI e as áreas clientes (Acordo de Nível de Serviço - ANS).	Organização	2016	○	○	●	○	○
		2014	○	●	○	○	○
	Tribunal	2016	2%	25%	45%	22%	8%
		2014	0%	38%	39%	18%	5%
	Judiciário	2016	2%	25%	45%	20%	8%
		2014	0%	38%	38%	18%	5%
	Geral	2016	1%	34%	31%	23%	10%
		2014	1%	42%	29%	18%	9%
c. os ANS incluem, como indicador de nível de serviço, o grau de satisfação dos usuários, apurado mediante a avaliação dos serviços de TI pelas áreas clientes.	Organização	2016	○	○	●	○	○
		2014	○	●	○	○	○
	Tribunal	2016	3%	35%	43%	11%	8%
		2014	0%	47%	33%	11%	9%
	Judiciário	2016	3%	36%	44%	9%	8%
		2014	0%	46%	34%	11%	9%

	Geral	2016	2%	38%	31%	20%	10%
		2014	1%	44%	30%	17%	9%
d. a área de TI monitora o alcance dos níveis de serviço definidos.	Organização	2016	○	○	○	●	○
		2014	○	●	○	○	○
	Tribunal	2016	2%	28%	28%	20%	23%
		2014	0%	42%	26%	21%	11%
	Judiciário	2016	2%	28%	28%	19%	23%
		2014	0%	43%	26%	20%	11%
	Geral	2016	1%	32%	23%	27%	18%
		2014	1%	37%	24%	25%	13%
e. a área de TI implementa ações corretivas em caso de não alcance dos níveis de serviço definidos.	Organização	2016	○	○	○	●	○
		2014	○	●	○	○	○
	Tribunal	2016	2%	32%	23%	28%	15%
		2014	0%	44%	24%	20%	12%
	Judiciário	2016	2%	33%	23%	27%	16%
		2014	0%	45%	25%	18%	12%
	Geral	2016	1%	35%	20%	27%	17%
		2014	1%	39%	23%	23%	15%
f. a área de TI comunica periodicamente o resultado desse monitoramento às áreas clientes.	Organização	2016	○	●	○	○	○
		2014	○	●	○	○	○
	Tribunal	2016	2%	46%	37%	12%	3%
		2014	0%	55%	27%	12%	6%
	Judiciário	2016	2%	47%	38%	11%	3%
		2014	0%	54%	28%	12%	6%
	Geral	2016	1%	52%	26%	14%	7%
		2014	1%	55%	24%	13%	7%

5.3. Com relação à gestão de riscos de TI:

Práticas	Resposta	Ano	Prática não adotada			Prática adotada	
			Não se aplica	Não adota	Iniciou plano	Parcial	Integral
a. a organização identifica os riscos de TI dos processos críticos de negócio.	Organização	2016	○	○	○	●	○
		2014	○	○	○	●	○
	Tribunal	2016	2%	22%	32%	38%	6%
		2014	2%	45%	18%	30%	5%
	Judiciário	2016	2%	22%	31%	39%	6%
		2014	2%	45%	18%	31%	5%
	Geral	2016	1%	29%	28%	33%	10%
		2014	1%	36%	25%	28%	9%
b. a organização avalia os riscos de TI dos processos críticos de negócio.	Organização	2016	○	○	○	●	○
		2014	○	○	○	●	○
	Tribunal	2016	2%	25%	32%	35%	6%
		2014	2%	45%	21%	27%	5%
	Judiciário	2016	2%	25%	31%	36%	6%
		2014	2%	45%	22%	28%	5%
	Geral	2016	1%	31%	27%	32%	9%
		2014	2%	40%	24%	26%	8%
c. a organização trata os riscos de TI dos processos críticos de negócio com base em um plano de tratamento de risco.	Organização	2016	○	●	○	○	○
		2014	○	●	○	○	○
	Tribunal	2016	2%	38%	37%	18%	5%
		2014	2%	55%	30%	12%	2%
	Judiciário	2016	2%	39%	36%	19%	5%
		2014	2%	54%	31%	12%	2%

	Geral	2016	1%	47%	33%	13%	6%
		2014	1%	52%	26%	15%	6%
d. a organização executa um processo de gestão de riscos de TI.	Organização	2016	○	○	●	○	○
		2014	○	●	○	○	○
	Tribunal	2016	2%	32%	42%	20%	5%
		2014	2%	58%	30%	11%	0%
	Judiciário	2016	2%	33%	41%	20%	5%
		2014	2%	58%	29%	11%	0%
	Geral	2016	1%	41%	32%	17%	8%
		2014	1%	49%	30%	13%	8%
e. o processo de gestão de riscos de TI está formalmente instituído como norma de cumprimento obrigatório.	Organização	2016	○	○	●	○	○
		2014	○	○	●	○	○
	Tribunal	2016	2%	37%	40%	9%	12%
		2014	2%	64%	29%	3%	3%
	Judiciário	2016	2%	36%	41%	9%	12%
		2014	2%	63%	29%	3%	3%
	Geral	2016	1%	52%	29%	7%	11%
		2014	1%	58%	27%	6%	8%

5.4. Com relação à gestão corporativa da segurança da informação:

Práticas	Resposta	Ano	Prática não adotada			Prática adotada	
			Não se aplica	Não adota	Iniciou plano	Parcial	Integral
Políticas e Responsabilidades							
a. a organização dispõe de uma política de segurança da informação formalmente instituída como norma de cumprimento obrigatório.	Organização	2016	○	○	○	○	●
		2014	○	○	○	●	○
	Tribunal	2016	2%	2%	17%	5%	75%
		2014	2%	5%	20%	12%	62%
	Judiciário	2016	2%	2%	17%	5%	75%
		2014	2%	5%	20%	12%	62%
	Geral	2016	1%	8%	21%	12%	58%
		2014	1%	11%	24%	16%	49%
b. a organização dispõe de comitê de segurança da informação formalmente instituído, responsável por formular e conduzir diretrizes para a segurança da informação corporativa, composto por representantes de áreas relevantes da organização.	Organização	2016	○	○	○	○	●
		2014	○	○	○	○	●
	Tribunal	2016	2%	0%	12%	6%	80%
		2014	2%	8%	5%	15%	71%
	Judiciário	2016	2%	0%	12%	6%	80%
		2014	2%	8%	5%	15%	71%
	Geral	2016	1%	14%	17%	11%	56%
		2014	1%	19%	21%	12%	47%
c. a organização possui gestor de segurança da informação formalmente designado, responsável pelas ações corporativas de segurança da informação.	Organização	2016	○	●	○	○	○
		2014	○	○	○	○	●
	Tribunal	2016	2%	22%	25%	8%	45%
		2014	2%	36%	15%	12%	35%
	Judiciário	2016	2%	22%	25%	8%	44%

		2014	2%	37%	15%	12%	34%
	Geral	2016	1%	27%	20%	10%	43%
		2014	1%	28%	23%	12%	36%
d. a organização dispõe de política de controle de acesso à informação e aos recursos e serviços de TI formalmente instituída, como norma de cumprimento obrigatório.	Organização	2016	○	○	○	○	●
		2014	○	○	○	○	●
	Tribunal	2016	2%	8%	31%	17%	43%
		2014	2%	24%	23%	14%	38%
	Judiciário	2016	2%	8%	31%	17%	42%
		2014	2%	25%	23%	12%	38%
	Geral	2016	0%	18%	29%	17%	35%
		2014	1%	23%	27%	18%	31%
e. a organização dispõe de política de cópias de segurança (*backup*) formalmente instituída como norma de cumprimento obrigatório.	Organização	2016	○	○	●	○	○
		2014	○	○	●	○	○
	Tribunal	2016	2%	14%	32%	17%	35%
		2014	2%	32%	29%	17%	21%
	Judiciário	2016	2%	14%	33%	17%	34%
		2014	2%	32%	29%	17%	20%
	Geral	2016	0%	19%	27%	25%	29%
		2014	1%	20%	28%	26%	25%
Controles e Atividades							
f. a organização executa processo de gestão de ativos, assegurando a definição de responsabilidades e a manutenção de inventário dos ativos.	Organização	2016	○	○	○	●	○
		2014	○	●	○	○	○
	Tribunal	2016	2%	15%	29%	40%	14%
		2014	2%	36%	21%	32%	9%
	Judiciário	2016	2%	16%	28%	41%	14%
		2014	2%	35%	22%	32%	9%

	Geral	2016	0%	21%	24%	33%	22%
		2014	1%	23%	23%	37%	17%
g. o processo de gestão de ativos está formalmente instituído como norma de cumprimento obrigatório.	Organização	2016	○	○	●	○	○
		2014	○	●	○	○	○
	Tribunal	2016	2%	32%	35%	12%	18%
		2014	2%	56%	27%	11%	5%
	Judiciário	2016	2%	31%	36%	12%	19%
		2014	2%	55%	28%	11%	5%
	Geral	2016	1%	41%	25%	12%	20%
		2014	1%	44%	27%	12%	16%
h. a organização executa processo para classificação e tratamento de informações.	Organização	2016	○	○	○	●	○
		2014	○	○	○	●	○
	Tribunal	2016	2%	26%	40%	26%	6%
		2014	2%	45%	35%	15%	3%
	Judiciário	2016	2%	27%	41%	25%	6%
		2014	2%	46%	35%	14%	3%
	Geral	2016	1%	30%	28%	25%	16%
		2014	1%	34%	30%	18%	16%
i. o processo para classificação e tratamento de informações está formalmente instituído como norma de cumprimento obrigatório.	Organização	2016	○	●	○	○	○
		2014	○	●	○	○	○
	Tribunal	2016	2%	38%	29%	15%	15%
		2014	2%	56%	26%	9%	8%
	Judiciário	2016	2%	39%	30%	16%	14%
		2014	2%	57%	26%	9%	6%
	Geral	2016	1%	40%	26%	15%	18%
		2014	2%	44%	28%	11%	16%

j. a organização implementa controles para garantir a proteção adequada ao grau de confidencialidade de cada classe de informação.	Organização	2016	○	○	○	●	○
		2014	○	○	○	●	○
	Tribunal	2016	2%	31%	31%	23%	14%
		2014	2%	44%	23%	27%	5%
	Judiciário	2016	2%	31%	31%	22%	14%
		2014	2%	45%	23%	26%	5%
	Geral	2016	1%	32%	21%	28%	18%
		2014	2%	34%	24%	26%	14%
k. a organização executa processo de gestão de riscos de segurança da informação.	Organização	2016	○	●	○	○	○
		2014	○	●	○	○	○
	Tribunal	2016	2%	28%	37%	25%	9%
		2014	2%	47%	33%	17%	2%
	Judiciário	2016	2%	28%	38%	23%	9%
		2014	2%	48%	34%	15%	2%
	Geral	2016	1%	36%	33%	21%	9%
		2014	1%	42%	32%	17%	9%
l. o processo de gestão de riscos de segurança da informação está formalmente instituído como norma de cumprimento obrigatório.	Organização	2016	○	●	○	○	○
		2014	○	●	○	○	○
	Tribunal	2016	2%	34%	40%	6%	18%
		2014	2%	53%	36%	6%	3%
	Judiciário	2016	2%	34%	39%	6%	19%
		2014	2%	54%	35%	6%	3%
	Geral	2016	1%	49%	30%	6%	14%
		2014	1%	53%	31%	6%	9%
	Organização	2016	○	●	○	○	○
		2014	○	●	○	○	○

m. a organização executa processo de gestão de vulnerabilidades técnicas de TI, com objetivo de reduzir o risco de exploração de vulnerabilidades conhecidas.	Tribunal	2016	2%	43%	22%	23%	11%
		2014	2%	52%	15%	29%	3%
	Judiciário	2016	2%	44%	22%	23%	9%
		2014	2%	52%	15%	28%	3%
	Geral	2016	1%	30%	20%	35%	13%
		2014	1%	33%	22%	32%	12%
n. o processo de gestão de vulnerabilidades técnicas de TI está formalmente instituído como norma de cumprimento obrigatório.	Organização	2016	○	●	○	○	○
		2014	○	●	○	○	○
	Tribunal	2016	2%	62%	31%	3%	3%
		2014	2%	79%	18%	0%	2%
	Judiciário	2016	2%	62%	30%	3%	3%
		2014	2%	78%	18%	0%	2%
	Geral	2016	1%	58%	27%	7%	7%
		2014	1%	62%	24%	5%	8%
o. a organização executa processo de monitoramento do uso dos recursos de TI, com objetivo de detectar atividades não autorizadas.	Organização	2016	○	○	○	●	○
		2014	○	○	○	●	○
	Tribunal	2016	2%	20%	14%	49%	15%
		2014	2%	29%	24%	33%	12%
	Judiciário	2016	2%	20%	14%	50%	14%
		2014	2%	29%	25%	34%	11%
	Geral	2016	1%	18%	12%	45%	24%
		2014	1%	17%	19%	40%	23%
p. o processo de monitoramento do uso dos recursos de TI está formalmente instituído como norma de cumprimento obrigatório.	Organização	2016	○	○	●	○	○
		2014	○	●	○	○	○
	Tribunal	2016	2%	52%	23%	14%	9%
		2014	2%	68%	21%	6%	3%

	Judiciário	2016	2%	52%	23%	14%	9%
		2014	2%	68%	22%	6%	3%
	Geral	2016	1%	49%	23%	15%	13%
		2014	1%	53%	23%	10%	13%
q. a organização executa processo de gestão de incidentes de segurança da informação.	Organização	2016	○	●	○	○	○
		2014	○	●	○	○	○
	Tribunal	2016	2%	28%	34%	23%	14%
		2014	2%	45%	30%	15%	8%
	Judiciário	2016	2%	28%	34%	23%	12%
		2014	2%	46%	31%	15%	6%
	Geral	2016	1%	26%	22%	30%	21%
		2014	1%	30%	23%	29%	17%
r. o processo de gestão de incidentes de segurança da informação está formalmente instituído como norma de cumprimento obrigatório.	Organização	2016	○	●	○	○	○
		2014	○	●	○	○	○
	Tribunal	2016	2%	46%	38%	5%	9%
		2014	2%	68%	26%	2%	3%
	Judiciário	2016	2%	47%	39%	5%	8%
		2014	2%	69%	25%	2%	3%
	Geral	2016	1%	49%	26%	10%	15%
		2014	1%	51%	28%	9%	12%
s. a organização possui equipe de tratamento e resposta a incidentes de segurança em redes computacionais, formalmente instituída.	Organização	2016	○	○	○	○	●
		2014	○	○	○	●	○
	Tribunal	2016	3%	26%	25%	9%	37%
		2014	2%	50%	21%	8%	20%
	Judiciário	2016	3%	27%	25%	9%	36%
		2014	2%	51%	22%	8%	18%
	Geral	2016	1%	31%	23%	15%	30%

		2014	1%	39%	20%	13%	26%
t. a organização realiza, de forma periódica, ações de conscientização, educação e treinamento em segurança da informação para seus colaboradores.	Organização	2016	○	○	○	●	○
		2014	○	●	○	○	○
	Tribunal	2016	2%	29%	29%	28%	12%
		2014	2%	42%	26%	24%	6%
	Judiciário	2016	2%	30%	30%	28%	11%
		2014	2%	43%	26%	25%	5%
	Geral	2016	1%	35%	23%	24%	17%
		2014	1%	36%	26%	21%	16%
u. a organização utiliza sistema criptográfico, aderente ao processo de certificação digital da ICP-Brasil, para garantir a autenticidade (autoria e integridade) das informações.	Organização	2016	○	○	○	○	●
		2014	○	○	○	○	●
	Tribunal	2016	2%	6%	6%	49%	37%
		2014	2%	5%	11%	50%	33%
	Judiciário	2016	2%	6%	6%	50%	36%
		2014	2%	5%	11%	51%	32%
	Geral	2016	2%	26%	11%	38%	23%
		2014	1%	30%	18%	32%	18%

5.5. Com relação ao processo de software:

Práticas	Resposta	Ano	Prática não adotada			Prática adotada	
			Não se aplica	Não adota	Iniciou plano	Parcial	Integral
a. a organização executa um processo de software, com o objetivo de assegurar que o software a ser desenvolvido, direta ou indiretamente, atenda às suas necessidades.	Organização	2016	○	○	●	○	○
		2014	○	○	○	●	○
	Tribunal	2016	2%	6%	17%	38%	37%
		2014	2%	12%	15%	42%	29%
	Judiciário	2016	2%	6%	17%	38%	38%
		2014	2%	12%	15%	42%	29%
	Geral	2016	2%	10%	12%	33%	43%
		2014	3%	12%	16%	31%	38%
b. o processo de software é acompanhado por meio de mensurações, com indicadores quantitativos e metas de processo a cumprir.	Organização	2016	○	○	●	○	○
		2014	○	●	○	○	○
	Tribunal	2016	2%	32%	37%	14%	15%
		2014	2%	47%	30%	14%	8%
	Judiciário	2016	2%	33%	38%	12%	16%
		2014	2%	46%	31%	14%	8%
	Geral	2016	2%	30%	22%	29%	18%
		2014	3%	34%	22%	26%	15%
c. o processo de software é periodicamente revisado e melhorado com base nas mensurações obtidas.	Organização	2016	○	○	●	○	○
		2014	○	●	○	○	○
	Tribunal	2016	2%	35%	31%	18%	14%
		2014	2%	52%	23%	20%	5%
	Judiciário	2016	2%	36%	31%	17%	14%
		2014	2%	51%	23%	20%	5%

	Geral	2016	2%	35%	22%	25%	16%
		2014	3%	39%	22%	23%	13%
d. a organização possui pessoal próprio capacitado para gerir a execução do processo de software.	Organização	2016	○	○	○	○	●
		2014	○	○	○	●	○
	Tribunal	2016	2%	9%	6%	25%	58%
		2014	2%	14%	11%	32%	42%
	Judiciário	2016	2%	9%	6%	25%	58%
		2014	2%	14%	11%	32%	42%
	Geral	2016	2%	17%	8%	31%	42%
		2014	4%	20%	10%	34%	33%
e. o processo de software está formalmente instituído como norma de cumprimento obrigatório.	Organização	2016	○	○	●	○	○
		2014	○	●	○	○	○
	Tribunal	2016	2%	25%	31%	11%	32%
		2014	2%	35%	29%	14%	21%
	Judiciário	2016	2%	23%	31%	11%	33%
		2014	2%	34%	29%	14%	22%
	Geral	2016	2%	33%	21%	15%	29%
		2014	3%	36%	22%	14%	25%

5.6. Com relação ao gerenciamento de projetos de TI:

Práticas	Resposta	Ano	Prática não adotada			Prática adotada	
			Não se aplica	Não adota	Iniciou plano	Parcial	Integral
a. a organização possui portfólio de projetos de TI.	Organização	2016	○	○	○	○	●
		2014	○	○	○	○	●
	Tribunal	2016	0%	11%	23%	25%	42%
		2014	2%	26%	14%	29%	30%
	Judiciário	2016	0%	11%	23%	25%	41%
		2014	2%	26%	14%	28%	31%
	Geral	2016	1%	24%	21%	27%	27%
		2014	1%	29%	20%	27%	22%
b. a organização executa processo de gerenciamento de projetos de TI.	Organização	2016	○	○	●	○	○
		2014	○	○	●	○	○
	Tribunal	2016	0%	9%	20%	43%	28%
		2014	2%	21%	14%	39%	24%
	Judiciário	2016	0%	9%	19%	44%	28%
		2014	2%	22%	14%	38%	25%
	Geral	2016	1%	14%	20%	41%	23%
		2014	2%	18%	24%	36%	20%
c. o processo de gerenciamento de projetos de TI é acompanhado por meio de mensurações, com indicadores quantitativos e metas de processo a cumprir.	Organização	2016	○	○	●	○	○
		2014	○	●	○	○	○
	Tribunal	2016	0%	28%	32%	31%	9%
		2014	3%	44%	29%	18%	6%
	Judiciário	2016	0%	28%	31%	31%	9%
		2014	3%	43%	29%	18%	6%

	Geral	2016	1%	32%	25%	30%	12%
		2014	2%	35%	27%	25%	11%
d. o processo de gerenciamento de projetos de TI é periodicamente revisado e melhorado com base nas mensurações obtidas.	Organização	2016	○	○	●	○	○
		2014	○	●	○	○	○
	Tribunal	2016	0%	35%	31%	22%	12%
		2014	2%	59%	18%	14%	8%
	Judiciário	2016	0%	34%	31%	22%	12%
		2014	2%	58%	18%	14%	8%
	Geral	2016	1%	38%	26%	23%	11%
		2014	2%	44%	24%	22%	9%
e. o processo de gerenciamento de projetos de TI está formalmente instituído como norma de cumprimento obrigatório.	Organização	2016	○	○	○	○	●
		2014	○	●	○	○	○
	Tribunal	2016	0%	26%	26%	11%	37%
		2014	2%	42%	14%	18%	24%
	Judiciário	2016	0%	25%	27%	11%	38%
		2014	2%	42%	14%	18%	25%
	Geral	2016	1%	44%	25%	10%	20%
		2014	2%	48%	26%	10%	14%
f. a organização possui um escritório de projetos, ao menos para projetos de TI.	Organização	2016	○	○	○	○	●
		2014	○	○	○	○	●
	Tribunal	2016	0%	9%	14%	18%	58%
		2014	2%	17%	8%	18%	56%
	Judiciário	2016	0%	9%	12%	19%	59%
		2014	2%	17%	8%	18%	55%
	Geral	2016	2%	42%	12%	13%	31%
		2014	2%	45%	14%	11%	27%

5.7. Com relação às contratações de serviços de TI:

Práticas	Resposta	Ano	Prática não adotada			Prática adotada	
			Não se aplica	Não adota	Iniciou plano	Parcial	Integral
a. a organização realiza estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.	Organização	2016	○	○	○	○	●
		2014	○	○	○	○	●
	Tribunal	2016	0%	0%	2%	14%	85%
		2014	0%	5%	11%	35%	50%
	Judiciário	2016	0%	0%	2%	14%	84%
		2014	0%	5%	11%	35%	49%
	Geral	2016	0%	3%	4%	23%	69%
		2014	0%	3%	7%	31%	58%
b. a organização explicita, nos autos, as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.	Organização	2016	○	○	○	○	●
		2014	○	○	○	○	●
	Tribunal	2016	0%	0%	2%	12%	86%
		2014	0%	2%	6%	20%	73%
	Judiciário	2016	0%	0%	2%	12%	86%
		2014	0%	2%	6%	20%	72%
	Geral	2016	0%	1%	4%	19%	76%
		2014	1%	2%	4%	22%	72%
c. a organização explicita, nos autos, os indicadores dos benefícios de negócio que serão alcançados.	Organização	2016	○	●	○	○	○
		2014	○	○	○	○	●
	Tribunal	2016	0%	12%	11%	42%	35%
		2014	0%	20%	18%	24%	38%
	Judiciário	2016	0%	12%	11%	41%	36%
		2014	0%	20%	18%	23%	38%

	Geral	2016	0%	15%	10%	29%	47%
		2014	1%	14%	12%	31%	42%
d. a organização explicita, nos autos, o alinhamento entre a contratação e os **planos** estratégico institucional e de TI **vigentes**.	Organização	2016	○	○	○	○	●
		2014	○	○	○	○	●
	Tribunal	2016	0%	2%	0%	20%	78%
		2014	0%	3%	12%	18%	67%
	Judiciário	2016	0%	2%	0%	20%	78%
		2014	0%	3%	12%	18%	66%
	Geral	2016	0%	8%	7%	25%	60%
		2014	1%	9%	11%	27%	51%
e. a organização realiza análise dos riscos que possam comprometer o sucesso do processo de contratação e dos resultados que atendam as necessidades de negócio.	Organização	2016	○	○	○	○	●
		2014	○	○	○	○	●
	Tribunal	2016	0%	2%	9%	28%	62%
		2014	0%	12%	30%	29%	29%
	Judiciário	2016	0%	2%	9%	28%	61%
		2014	0%	12%	31%	29%	28%
	Geral	2016	0%	12%	10%	27%	51%
		2014	1%	16%	15%	27%	42%
f. a organização adota métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.	Organização	2016	○	○	○	●	○
		2014	○	○	○	○	●
	Tribunal	2016	0%	12%	8%	35%	45%
		2014	0%	17%	14%	27%	42%
	Judiciário	2016	0%	12%	8%	36%	44%
		2014	0%	17%	14%	28%	42%
	Geral	2016	0%	15%	6%	33%	45%
		2014	1%	15%	10%	29%	45%

g. a organização realiza os pagamentos dos contratos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.	Organização	2016	○	○	○	●	○
		2014	○	○	○	○	●
	Tribunal	2016	0%	3%	2%	26%	69%
		2014	0%	8%	9%	23%	61%
	Judiciário	2016	0%	3%	2%	27%	69%
		2014	0%	8%	9%	23%	60%
	Geral	2016	0%	6%	2%	19%	72%
		2014	1%	5%	5%	21%	69%
h. a organização realiza a análise dos benefícios reais já obtidos, utilizando-a como critério para prorrogar o contrato.	Organização	2016	○	●	○	○	○
		2014	○	●	○	○	○
	Tribunal	2016	0%	12%	9%	26%	52%
		2014	0%	27%	17%	18%	38%
	Judiciário	2016	0%	12%	9%	27%	52%
		2014	0%	28%	17%	18%	37%
	Geral	2016	0%	11%	5%	27%	57%
		2014	1%	14%	8%	29%	49%
i. a organização diferencia e define formalmente os papéis de gestor e fiscal do contrato.	Organização	2016	○	○	○	○	●
		2014	○	○	○	○	●
	Tribunal	2016	0%	3%	6%	23%	68%
		2014	0%	15%	18%	11%	56%
	Judiciário	2016	0%	3%	6%	23%	67%
		2014	0%	15%	18%	11%	55%
	Geral	2016	0%	8%	9%	19%	64%
		2014	0%	13%	7%	17%	62%

5.8. Com relação ao processo de planejamento das contratações de TI:

Práticas	Resposta	Ano	Prática não adotada			Prática adotada	
			Não se aplica	Não adota	Iniciou plano	Parcial	Integral
a. a organização possui procedimentos internos que auxiliam na padronização das atividades de planejamento das contratações de TI.	Organização	2016	○	○	○	○	●
		2014	○	○	○	○	●
	Tribunal	2016	0%	0%	5%	20%	75%
		2014	0%	9%	27%	23%	41%
	Judiciário	2016	0%	0%	5%	20%	75%
		2014	0%	9%	28%	23%	40%
	Geral	2016	0%	10%	10%	28%	52%
		2014	0%	12%	18%	27%	43%
b. a organização executa processo de planejamento das contratações de TI.	Organização	2016	○	○	○	○	●
		2014	○	○	○	○	●
	Tribunal	2016	0%	0%	6%	18%	75%
		2014	0%	8%	26%	26%	41%
	Judiciário	2016	0%	0%	6%	19%	75%
		2014	0%	8%	26%	26%	40%
	Geral	2016	0%	5%	10%	24%	61%
		2014	0%	8%	13%	25%	53%
c. o processo de planejamento das contratações de TI é acompanhado por meio de mensurações, com indicadores quantitativos e metas de processo a cumprir.	Organização	2016	○	●	○	○	○
		2014	○	●	○	○	○
	Tribunal	2016	0%	32%	34%	15%	18%
		2014	0%	50%	27%	14%	9%
	Judiciário	2016	0%	33%	34%	16%	17%
		2014	0%	51%	28%	14%	8%

	Geral	2016	1%	30%	20%	27%	22%
		2014	1%	37%	20%	24%	19%
d. o processo de planejamento das contratações de TI é periodicamente revisado e melhorado com base nas mensurações obtidas.	Organização	2016	○	●	○	○	○
		2014	○	●	○	○	○
	Tribunal	2016	0%	34%	29%	23%	14%
		2014	0%	56%	24%	8%	12%
	Judiciário	2016	0%	34%	28%	23%	14%
		2014	0%	57%	23%	8%	12%
	Geral	2016	1%	33%	18%	29%	19%
		2014	1%	43%	17%	22%	17%
e. o processo de planejamento das contratações está formalmente instituído como norma de cumprimento obrigatório.	Organização	2016	○	○	○	○	●
		2014	○	○	○	○	●
	Tribunal	2016	0%	5%	18%	6%	71%
		2014	0%	14%	44%	11%	32%
	Judiciário	2016	0%	5%	19%	6%	70%
		2014	0%	14%	45%	11%	31%
	Geral	2016	1%	23%	15%	15%	46%
		2014	1%	27%	22%	16%	35%

5.9. Com relação ao processo de gestão dos contratos de TI:

Práticas	Resposta	Ano	Prática não adotada			Prática adotada	
			Não se aplica	Não adota	Iniciou plano	Parcial	Integral
a. a organização possui procedimentos internos que auxiliam na padronização das atividades de gestão de contratos de TI.	Organização	2016	○	○	○	○	●
		2014	○	○	○	○	●
	Tribunal	2016	0%	6%	12%	32%	49%
		2014	0%	15%	8%	35%	42%
	Judiciário	2016	0%	6%	12%	33%	48%
		2014	0%	15%	8%	35%	42%
	Geral	2016	1%	12%	13%	32%	43%
		2014	0%	18%	12%	29%	41%
b. a organização executa processo de gestão de contratos de TI.	Organização	2016	○	○	○	○	●
		2014	○	○	○	●	○
	Tribunal	2016	0%	5%	12%	38%	45%
		2014	0%	15%	17%	29%	39%
	Judiciário	2016	0%	5%	12%	39%	44%
		2014	0%	15%	17%	29%	38%
	Geral	2016	0%	9%	9%	27%	54%
		2014	0%	13%	9%	28%	50%
c. o processo de gestão de contratos de TI é acompanhado por meio de mensurações, com indicadores quantitativos e metas de processo a cumprir.	Organização	2016	○	●	○	○	○
		2014	○	●	○	○	○
	Tribunal	2016	0%	48%	28%	17%	8%
		2014	0%	62%	20%	12%	6%
	Judiciário	2016	0%	48%	28%	17%	6%
		2014	0%	62%	20%	12%	6%

	Geral	2016	1%	35%	15%	29%	21%
		2014	0%	34%	17%	28%	21%
d. o processo de gestão de contratos de TI é periodicamente revisado e melhorado com base nas mensurações obtidas.	Organização	2016	○	●	○	○	○
		2014	○	●	○	○	○
	Tribunal	2016	0%	49%	28%	20%	3%
		2014	0%	68%	17%	9%	6%
	Judiciário	2016	0%	50%	28%	19%	3%
		2014	0%	68%	17%	9%	6%
	Geral	2016	1%	40%	17%	24%	18%
		2014	0%	43%	19%	22%	16%
e. o processo de gestão de contratos de TI está formalmente instituído como norma de cumprimento obrigatório.	Organização	2016	○	○	○	○	●
		2014	○	○	○	○	●
	Tribunal	2016	0%	20%	20%	14%	46%
		2014	0%	29%	18%	15%	38%
	Judiciário	2016	0%	20%	20%	14%	45%
		2014	0%	29%	18%	15%	37%
	Geral	2016	1%	31%	15%	16%	38%
		2014	0%	30%	18%	16%	36%

5.10. Com relação às contratações de TI (bens ou serviços) realizadas em 2015, informe:

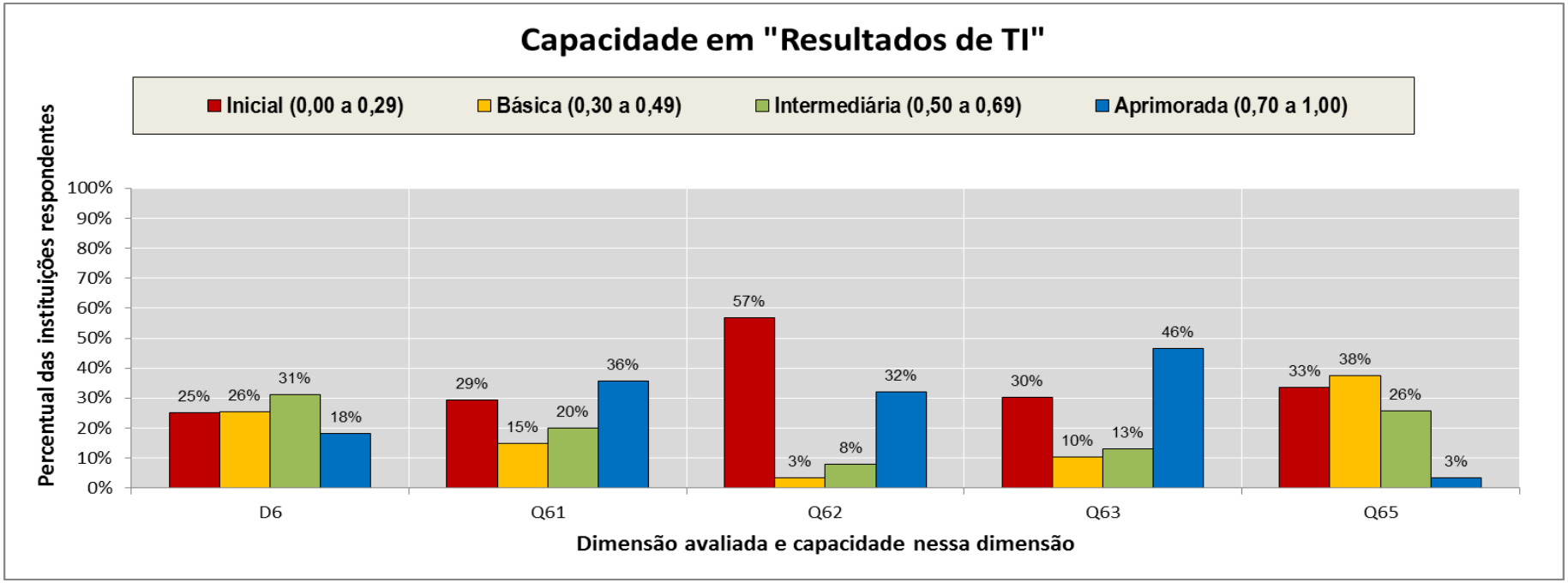
Item	Resposta	Quant. total de contratos	Valor total contratado (R$ mil)
a. contratações realizadas.	Organização	17	R$ 594.276,27
	Tribunal	14.577.549	R$ 1.064.525.433,98
	Judiciário	14.577.464	R$ 1.023.428.666,65
	Geral	17.285.077	R$ 14.116.246.959,21
b. contratações que adotaram o sistema de registro de preço (RP), em que a própria organização foi gerenciadora da ata, com participação de outras instituições no planejamento (RP conjunto).	Organização	0	R$ 0,00
	Tribunal	114.576.047	R$ 54.247.987,27
	Judiciário	114.576.047	R$ 54.247.987,27
	Geral	114.881.650	R$ 317.059.825,22
c. contratações que adotaram o sistema de registro de preço, em que a própria organização foi gerenciadora da ata, sem participação de outras instituições no planejamento (RP solitário).	Organização	1	R$ 4.865,00
	Tribunal	14.576.309	R$ 583.490.757,85
	Judiciário	14.576.307	R$ 572.360.407,44
	Geral	15.875.645	R$ 2.395.898.331,41
d. contratações que adotaram o sistema de registro de preço, em que a organização foi órgão participante.	Organização	0	R$ 0,00
	Tribunal	180	R$ 59.383.626,17
	Judiciário	180	R$ 59.383.626,17
	Geral	622	R$ 201.716.865,18
e. contratações por adesão tardia a ata de registro de preço (“carona”), em que a organização não foi órgão participante.	Organização	0	R$ 0,00
	Tribunal	172	R$ 120.954.358,01
	Judiciário	169	R$ 118.744.671,73
	Geral	1.238.206	R$ 724.577.463,71
f. contratações por dispensa de licitação por contrato emergencial.	Organização	1	R$ 334.200,66
	Tribunal	12	R$ 3.454.449,51
	Judiciário	11	R$ 1.224.460,31
	Geral	239	R$ 185.899.515,27

g. contratações por dispensa de licitação para contratar órgão/entidade da Administração Pública (Lei 8.666/1993, art. 24, VIII ou XVI ou XXIII).	Organização	0	R$ 0,00
	Tribunal	18	R$ 2.780.663,90
	Judiciário	18	R$ 2.780.663,90
	Geral	257	R$ 2.370.741.188,52
h. contratações por inexigibilidade de licitação.	Organização	15	R$ 222.110,61
	Tribunal	500.159	R$ 33.374.424,92
	Judiciário	500.156	R$ 33.262.253,38
	Geral	500.977	R$ 2.555.783.260,77

Resultados

6. Resultados de TI (D6)

- **Objetivo:** Avaliar a capacidade da instituição em produção de resultados da gestão e da governança de TI;
- **Dimensões:** 6. Resultados de TI
- **Questões:** 6.1 (Q61), 6.2 (Q62), 6.3 (Q63), 6.4 (Q64) e 6.5 (Q65)
- **Questões selecionadas para o iGovTI2016:** Q61, Q62, Q63 e Q65
- **Cálculo de D6 no iGovTI2016:** (Q61 * 0.3) + (Q62 * 0.21) + (Q63 * 0.28) + (Q65 * 0.21)
- **Nota obtida pela Instituição nessa dimensão (D6): 0,44**
- **Peso da dimensão no iGovTI2016:** 12%
- **Distribuição das instituições avaliadas por nível de capacidade:**



6.1. Com relação aos objetivos de TI planejados pela organização, informe as metas mais relevantes para cumprimento em 2015 (até cinco):

Resposta da Organização			
Nome do Objetivo	**Indicador**	**Meta 2015**	**Percentual de cumprimento da meta**
1. Aquisições conjuntas de soluções de TI com a participação dos Órgãos da Justiça Federal(Objetivo do PETI)	Quantidade de aquisições conjuntas	1,00	100,00%
2.			%
3.			%
4.			%
5.			%

Resposta Consolidada		
Nível	**Percentual de organizações que informaram possuir, pelo menos, um conjunto objetivo, indicador e meta**	**Percentual médio de cumprimento das metas**
Tribunal	86%	87%
Judiciário	86%	87%
Geral	85%	77%

6.2. Com relação aos projetos de TI:

Resposta da organização				
Projetos de TI iniciados até 2015 e em andamento durante a aplicação do questionário em 2016				
Nome do projeto de TI	**Breve descrição**	**Custo estimado (R$ mil)**	**Percentual de execução física**	**Percentual de atraso**
1. Prover infraestrutura de servidores para suporte as iniciativas planejadas(1.7)	Aquisição de computadores servidores para ampliar a capacidade de processamento de dados e substituir equipamentos obsoletos e f...	R$ 3.165.580,00	50,00%	0,00%
2. Prover infraestrutura de software para suporte as iniciativas planejadas(1.8)	Adquirir software ou appliance de soluções específicas para atender às iniciativas planejadas.	R$ 4.191.757,98	11,00%	77,00%
3. Prover infraestrutura de videoconferência na Região(1.15)	Adquirir equipamentos , software e/ou solução para gravação de audiência na Região.	R$ 1.001.150,80	50,00%	0,00%
4.		R$	%	%
5.		R$	%	%

Projetos de TI encerrados em 2015					
Nome do projeto de TI	**Breve descrição**	**Custo Estimado (R$ mil)**	**Custo Final (R$ mil)**	**Percentual de execução física**	**Percentual de atraso**
1. Prover infraestrutura de estações de trabalho para suporte as iniciativas planejadas(1.12)	Adquirir equipamentos e softwares para suprir as necessidades e atender as iniciativas planejadas.	R$ 1.990.000,00	R$ 1.098.355,44	100,00%	0,00%
2. Expansão da Solução Wireless	Aquisição de equipamentos para viabilizar a expansão do serviço de rede wireless nos prédios do TRF e realização de projeto pilo...	R$ 950.000,00	R$ 940.800,00	100,00%	0,00%

3.		R$	R$	%	%
4.		R$	R$	%	%
5.		R$	R$	%	%

Resposta consolidada

Projetos de TI iniciados até 2015 e em andamento durante a aplicação do questionário em 2016

Nível	Percentual de organizações que informaram possuir, pelo menos, um projeto de TI	Percentual de organizações que estimaram custo dos projetos de TI	Percentual médio de atraso dos projetos de TI
Tribunal	94%	94%	34%
Judiciário	94%	94%	35%
Geral	79%	71%	30%

Projetos de TI encerrados em 2015

Nível	Percentual de organizações que informaram possuir, pelo menos, um projeto de TI	Percentual de organizações que estimaram custo dos projetos de TI	Percentual médio de atraso dos projetos de TI
Tribunal	82%	75%	10%
Judiciário	81%	75%	10%
Geral	65%	56%	15%

6.3. Com relação aos principais serviços de TI que sustentam as atividades da organização, informe:

Resposta da Organização			
Nome do Serviço de TI	**Principal indicador de nível de serviço**	**Meta 2015**	**Percentual de cumprimento da meta**
1. Sistema Processual Judicial Apolo	Indicador de disponibilidade - percentual obtido em 2015 - 99,10%	98,00	100,00%
2. SIGA-DOC-Sistema Integrado de Gestão Administrativa	Indicador de disponibilidade - percentual obtido em 2015 - 98,5%	98,00	100,00%
3.			%
4.			%
5.			%

Resposta Consolidada		
Nível	**Percentual de organizações que informaram possuir, pelo menos, um serviço, indicador e meta**	**Percentual médio de cumprimento das metas**
Tribunal	83%	92%
Judiciário	83%	92%
Geral	77%	85%

6.4. Com relação ao rol de serviços públicos disponíveis (a exemplo daqueles constantes da Carta de Serviços ao Cidadão):

A organização presta serviço público?		
item	**Resposta**	2016
a. a organização presta serviços públicos diretamente ao cidadão.	Organização	☒
	Tribunal	91%
	Judiciário	92%
	Geral	63%
b. a organização presta serviços públicos diretamente a instituição privada.	Organização	☒
	Tribunal	45%
	Judiciário	45%
	Geral	27%

Quantitativo dos serviços públicos prestados		
item	**Resposta**	2016
a. quantidade de serviços públicos disponíveis (total, contando serviços presenciais ou prestados sob a forma eletrônica).	Organização	90
	Tribunal	2.119
	Judiciário	2.119
	Geral	15.501
b. quantidade de serviços públicos passíveis de serem prestados sob a forma eletrônica (integral ou parcialmente).	Organização	0
	Tribunal	883
	Judiciário	883
	Geral	7.512
	Organização	65
	Tribunal	1.279

c. quantidade de serviços públicos prestados integralmente sob a forma eletrônica, não exigindo o comparecimento do usuário (não se considera serviço, por si só, o agendamento de serviços presenciais).	Judiciário	1.279
	Geral	6.981
d. quantidade de serviços públicos prestados parcialmente sob a forma eletrônica, em que é exigido o comparecimento do usuário em alguma etapa do serviço (não se considera serviço, por si só, o agendamento de serviços presenciais).	Organização	10
	Tribunal	243
	Judiciário	243
	Geral	2.408

Razões para que os serviços passíveis de prestação sob a forma eletrônica não sejam assim prestados		
Item	**Resposta**	2016
i. restrições legais.	Organização	☐
	Tribunal	38%
	Judiciário	39%
	Geral	16%
ii. necessidade de autenticação do usuário.	Organização	☐
	Tribunal	26%
	Judiciário	27%
	Geral	14%
iii. falta de recursos financeiros.	Organização	☐
	Tribunal	29%
	Judiciário	30%
	Geral	20%
iv. falta de recursos humanos.	Organização	☐
	Tribunal	29%
	Judiciário	30%

	Geral	21%
v. falta de conhecimentos e habilidades técnicas.	Organização	☐
	Tribunal	3%
	Judiciário	3%
	Geral	6%
vi. falta de infraestrutura.	Organização	☐
	Tribunal	15%
	Judiciário	16%
	Geral	17%
vii. falta de agilidade da organização.	Organização	☐
	Tribunal	0%
	Judiciário	0%
	Geral	7%
viii. falta de priorização de projetos.	Organização	☐
	Tribunal	15%
	Judiciário	16%
	Geral	12%
ix. preocupações com segurança.	Organização	☐
	Tribunal	26%
	Judiciário	27%
	Geral	15%
x. perfil dos usuários impossibilita/dificulta a prestação eletrônica do serviço.	Organização	☐
	Tribunal	11%
	Judiciário	11%

	Geral	9%
xi. necessidade de integração com órgãos ou entidades públicas federais.	Organização	☐
	Tribunal	6%
	Judiciário	6%
	Geral	10%
xii. necessidade de integração com órgãos ou entidades públicas estaduais, distritais ou municipais.	Organização	☐
	Tribunal	5%
	Judiciário	5%
	Geral	6%
xiii. Outras. Qual(is)?	Organização	☐
	Tribunal	17%
	Judiciário	17%
	Geral	8%

6.5. Com relação aos serviços públicos prestados sob a forma eletrônica disponíveis:

Práticas	Resposta	Ano	Prática não adotada			Prática adotada	
			Não se aplica	Não adota	Iniciou plano	Parcial	Integral
a. os serviços são acessíveis via internet.	Organização	2016	○	○	○	○	●
		2014	○	○	○	○	●
	Tribunal	2016	2%	0%	0%	35%	63%
		2014	#64_a1_F14#	2%	2%	45%	52%
	Judiciário	2016	2%	0%	0%	34%	64%
		2014	#64_a1_S14#	2%	2%	46%	51%
	Geral	2016	11%	3%	3%	41%	41%
		2014	5%	5%	3%	45%	42%
b. os serviços acessíveis via internet implementam as recomendações do Modelo de Acessibilidade de Governo Eletrônico (eMAG), previstas no Programa de Governo Eletrônico Brasileiro.	Organização	2016	○	○	○	●	○
		2014	○	○	○	●	○
	Tribunal	2016	8%	12%	17%	54%	9%
		2014	9%	26%	9%	47%	9%
	Judiciário	2016	8%	12%	17%	53%	9%
		2014	9%	26%	9%	46%	9%
	Geral	2016	14%	18%	13%	46%	9%
		2014	11%	24%	17%	40%	8%
c. os serviços oferecidos por meio eletrônico adotam os Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico (ePING), previstos no Programa de Governo Eletrônico Brasileiro.	Organização	2016	○	○	○	●	○
		2014	○	○	○	●	○
	Tribunal	2016	14%	31%	12%	43%	0%
		2014	9%	39%	9%	38%	5%

	Judiciário	2016	14%	31%	12%	42%	0%
		2014	9%	40%	9%	38%	3%
	Geral	2016	15%	25%	13%	41%	6%
		2014	12%	28%	17%	35%	9%
d. os serviços acessíveis via internet observam as recomendações dos Padrões Web em Governo Eletrônico (ePWG), previstas no Programa de Governo Eletrônico Brasileiro.	Organização	2016	○	○	○	●	○
		2014	○	○	○	●	○
	Tribunal	2016	9%	35%	11%	40%	5%
		2014	11%	45%	6%	35%	3%
	Judiciário	2016	9%	36%	11%	39%	5%
		2014	11%	46%	6%	34%	3%
	Geral	2016	14%	27%	12%	38%	8%
		2014	12%	31%	16%	33%	9%
e. a instituição elabora, divulga e atualiza a sua Carta de Serviços ao Cidadão, conforme estabelecido no art. 11 do Decreto 6.932/2009, ou documento similar no caso de instituição que não pertença ao Poder Executivo Federal.	Organização	2016	○	●	○	○	○
		2014	○	●	○	○	○
	Tribunal	2016	3%	25%	15%	12%	45%
		2014	2%	36%	17%	21%	24%
	Judiciário	2016	3%	23%	16%	12%	45%
		2014	2%	35%	17%	22%	25%
	Geral	2016	15%	19%	16%	17%	33%
		2014	8%	33%	19%	23%	17%
f. os serviços públicos prestados sob a forma eletrônica são avaliados pelo usuário por meio de pesquisas periódicas de satisfação.	Organização	2016	○	●	○	○	○
		2014	○	●	○	○	○
	Tribunal	2016	2%	34%	11%	31%	23%
		2014	3%	48%	12%	18%	18%
	Judiciário	2016	2%	34%	11%	30%	23%
		2014	3%	48%	12%	18%	18%

	Geral	2016	15%	41%	15%	21%	8%
		2014	8%	55%	14%	15%	8%
g. os resultados das avaliações dos serviços públicos prestados sob a forma eletrônica são divulgados aos usuários.	Organização	2016	○	●	○	○	○
		2014	○	●	○	○	○
	Tribunal	2016	2%	48%	14%	20%	17%
		2014	6%	64%	8%	8%	15%
	Judiciário	2016	2%	47%	14%	20%	17%
		2014	6%	63%	8%	8%	15%
	Geral	2016	20%	46%	12%	14%	8%
		2014	11%	65%	13%	7%	5%
h. a organização possui perfil oficial em rede social com a finalidade de descobrir e atender às necessidades do usuário	Organização	2016	●	○	○	○	○
		2014	○	○	○	●	○
	Tribunal	2016	3%	18%	5%	32%	42%
		2014	3%	21%	6%	24%	45%
	Judiciário	2016	3%	19%	5%	33%	41%
		2014	3%	22%	6%	23%	46%
	Geral	2016	12%	15%	4%	24%	44%
		2014	6%	23%	7%	22%	41%
i. há metas definidas para a ampliação da oferta de serviços públicos prestados sob a forma eletrônica.	Organização	2016	○	●	○	○	○
		2014	N/C	N/C	N/C	N/C	N/C
	Tribunal	2016	2%	63%	11%	15%	9%
		2014	N/C	N/C	N/C	N/C	N/C
	Judiciário	2016	2%	64%	11%	14%	9%
		2014	N/C	N/C	N/C	N/C	N/C
	Geral	2016	15%	38%	21%	17%	9%
		2014	N/C	N/C	N/C	N/C	N/C
	Organização	2016	●	○	○	○	○

j. Os serviços públicos prestados sob a forma eletrônica estão disponíveis/cadastrados no portal servicos.gov.br.		2014	N/C	N/C	N/C	N/C	N/C
	Tribunal	2016	26%	69%	3%	0%	2%
		2014	N/C	N/C	N/C	N/C	N/C
	Judiciário	2016	27%	69%	3%	0%	2%
		2014	N/C	N/C	N/C	N/C	N/C
	Geral	2016	21%	59%	10%	7%	3%
		2014	N/C	N/C	N/C	N/C	N/C
k. nos serviços prestados integralmente por meio eletrônico, há alternativas para provê-los aos usuários com limitação de uso, como por exemplo, prestação do serviço por algum posto de atendimento.	Organização	2016	○	●	○	○	○
		2014	N/C	N/C	N/C	N/C	N/C
	Tribunal	2016	3%	8%	0%	32%	57%
		2014	N/C	N/C	N/C	N/C	N/C
	Judiciário	2016	3%	6%	0%	33%	58%
		2014	N/C	N/C	N/C	N/C	N/C
	Geral	2016	17%	23%	7%	28%	25%
		2014	N/C	N/C	N/C	N/C	N/C
l. nos serviços prestados integralmente por meio eletrônico, o usuário consegue finalizar o serviço sem a necessidade de acessar ou utilizar-se de outros meios, a exemplo de realização de cadastros, consultas ou emissão de certidões em outros sítios eletrônicos.	Organização	2016	○	○	○	○	●
		2014	N/C	N/C	N/C	N/C	N/C
	Tribunal	2016	3%	5%	0%	32%	60%
		2014	N/C	N/C	N/C	N/C	N/C
	Judiciário	2016	3%	5%	0%	31%	61%
		2014	N/C	N/C	N/C	N/C	N/C
	Geral	2016	17%	16%	5%	30%	31%
		2014	N/C	N/C	N/C	N/C	N/C
m. novos serviços são concebidos para serem prestados prioritariamente sob a forma eletrônica.	Organização	2016	○	○	○	○	●
		2014	N/C	N/C	N/C	N/C	N/C
	Tribunal	2016	3%	14%	6%	29%	48%
		2014	N/C	N/C	N/C	N/C	N/C

	Judiciário	2016	3%	14%	6%	30%	47%
		2014	N/C	N/C	N/C	N/C	N/C
	Geral	2016	15%	17%	17%	26%	26%
		2014	N/C	N/C	N/C	N/C	N/C

APÊNDICE I – Fórmula de Cálculo do iGovTI2016

iGovTI2016 = (D1 * 0.21) + (D2 * 0.16) + (D3 * 0.16) + (D4 * 0.16) + (D5 * 0.19) + (D6 * 0.12)

Dimensão	Fórmula de Cálculo
D1	D1 = Q11 * 0.15 + Q12 * 0.14 + Q13 * 0.17 + Q14 * 0.14 + Q15 * 0.14 + Q16 * 0.16 + Q17 * 0.1
D2	D2 = Q21 * 0.44 + Q22 * 0.56
D3	D3 = Q31 * 0.66 + Q32 * 0.34
D4	D4 = Q41 * 0.48 + Q42 * 0.41 + Q43 * 0.11
D5	D5 = Q51 * 0.12 + Q52 * 0.1 + Q53 * 0.11 + Q54 * 0.13 + Q55 * 0.11 + Q56 * 0.11 + Q57 * 0.1 + Q58 * 0.11 + Q59 * 0.11
D6	D6 = Q61 * 0.3 + Q62 * 0.21 + Q63 * 0.28 + Q65 * 0.21

Questão	Fórmula de Cálculo
Q11	Q11 = (q11_a * 17 + q11_b * 13 + q11_c * 20 + q11_d * 15 + q11_e * 17 + q11_f * 15) / 100
Q12	Q12 = (q12_a * 31 + q12_b * 19 + q12_c * 24 + q12_d * 26) / 100
Q13	Q13 = (q13_a * 20 + q13_b * 20 + q13_c * 21 + q13_d * 21 + q13_e * 18) / 100
Q14	Q14 = (q14_a * 26 + q14_b * 27 + q14_c * 23 + q14_d * 24) / 100
Q15	Q15 = (q15_a * 21 + q15_b * 20 + q15_c * 21 + q15_d * 20 + q15_e * 18) / 100
Q16	Q16 = (q16_a * 19 + q16_b * 21 + q16_c * 19 + q16_d * 21 + q16_e * 20) / 100
Q17	Q17 = (q17_a * 19 + q17_b * 16 + q17_c * 17 + q17_d * 19 + q17_e * 17 + q17_f * 12) / 100
Q21	Processo de planejamento estratégico Q211 = (q21_a * 25 + q21_b * 25 + q21_c * 28 + q21_d * 22) / 100 Plano estratégico vigente Q212 = (q21_e * 18 + q21_f * 16 + q21_g * 17 + q21_h * 22 + q21_i * 24 + q21_j * 3) / 100 Q21 = (Q211 + Q212) / 2
Q22	Processo de planejamento de TI Q221 = (q22_a * 27 + q22_b * 26 + q22_c * 24 + q22_d * 23) / 100 Plano de TI vigente Q222 = (q22_e * 14 + q22_f * 16 + q22_g * 18 + q22_h * 20 + q22_i * 15 + q22_j * 17) / 100 Q22 = (Q221 + Q222) / 2
Q31	Q31 = (q31_a * 28 + q31_b * 22 + q31_c * 24 + q31_d * 26) / 100
Q32	Q32 = (q32_a * 7 + q32_b * 11 + q32_c * 14 + q32_d * 12 + q32_e * 11 + q32_f * 8 + q32_g * 11 + q32_h * 7 + q32_i * 19) / 100
Q41	Q41 = (q41_a * 11 + q41_a * 13 + q41_c * 13 + q41_d * 14 + q41_e * 14 + q41_f * 14 + q41_g * 15 + q41_h * 6) / 100
Q42	Q42 = (q42_a * 36 + q42_b * 38 + q42_c * 26) / 100

Q43	Q43Ideal = q43_b
	Q43ForcaPropria = q43_d + q43_e
	Q43Total = q43_a
	If Q43Total = 0 Then
	'IAFT=Índice de Autonomia da Força de Trabalho em TI
	Q43IAFT = 0
	Else
	Q43IAFT = (Q43ForcaPropria) / Q43Total
	If Q43IAFT > 1 Then
	Q43IAFT = 1 '
	End If
	If Q43Ideal = 0 Then
	IS=Índice de Suficiência da Força de Trabalho
	Q43IS = 0 '
	Else
	Q43IS = q43_c / Q43Ideal
	If Q43IS > 1 Then
	Q43IS = 1
	End If
	Q43 = (Q43IAFT + Q43IS) / 2

Q51	Q51 = (q51_a * 7 + q51_a * 7 + q51_c * 7 + q51_d * 7 + q51_e * 8 + q51_f * 8 + q51_g * 7 + q51_h * 7 + q51_i * 7 + q51_j * 7 + q51_k * 7 + q51_l * 7 + q51_m * 7 + q51_n * 7) / 100
Q52	Q52 = (q52_a * 16 + q52_a * 16 + q52_c * 17 + q52_d * 17 + q52_e * 17 + q52_f * 17) / 100
Q53	Q53 = (q53_a * 21 + q53_a * 21 + q53_c * 21 + q53_d * 20 + q53_e * 17) / 100
Q54	' Políticas e Responsabilidades sobre a SI Q541 = (q54_a * 19 + q54_b * 15 + q54_c * 19 + q54_d * 25 + q54_e * 22) / 100 ' Controles e Atividades sobre a SI Q542 = (q54_f * 6 + q54_g * 6 + q54_h * 6 + q54_i * 6 + q54_j * 6 + q54_k * 7 + q54_l * 7 + q54_m * 7 + q54_n * 7 + q54_o * 6 + q54_p * 6 + q54_q * 7 + q54_r * 7 + q54_s * 6 + q54_t * 6 + q54_u * 4) / 100 Q54 = (Q541 + Q542) / 2
Q55	Q55 = (q55_a * 21 + q55_b * 20 + q55_c * 21 + q55_d * 16 + q55_e * 22) / 100
Q56	Q56 = (q56_a * 15 + q56_b * 18 + q56_c * 18 + q56_d * 18 + q56_e * 17 + q56_f * 14) / 100
Q57	Q57 = (q57_a * 13 + q57_b * 12 + q57_c * 10 + q57_d * 11 + q57_e * 12 + q57_f * 12 + q57_g * 12 + q57_h * 11 + q57_i * 7) / 100
Q58	Q58 = (q58_a * 20 + q58_b * 20 + q58_c * 20 + q58_d * 20 + q58_e * 20) / 100
Q59	Q59 = (q59_a * 22 + q59_b * 20 + q59_c * 19 + q59_d * 21 + q59_e * 18) / 100
Q61	Q61 = (IIf(q61_a4, > 100, 100, q61_a4) + IIf(q61_b4 > 100, 100, q61_b4) + IIf(q61_c4 > 100, 100, q61_c4) + IIf(q61_d4 > 100, 100, q61_d4) + IIf(q61_e4 > 100, 100, q61_e4)) / 500
Q62	' Parte 1: Projetos em andamento ' Quantidade de projetos em andamento Q621ContProj = IIf(not isNull(Q621_a1), 1, 0) + IIf(not isNull(Q621_b1), 1, 0) + IIf(not isNull(Q621_c1), 1, 0) + IIf(not isNull(Q621_d1), 1, 0) + IIf(not isNull(Q621_e1), 1, 0) ' Soma dos Atrasos Q621SomaAtraso = IIf((q621_a5) >= 100, 0, IIf(q621_a5 < 0, 1, 1 – (q621_a5/100)) + IIf((q621_b5) >= 100, 0, IIf(q621_b5 < 0, 1, 1 – (q621_b5/100)) + IIf((q621_b5) >= 100, 0, IIf(q621_c5 < 0, 1, 1 – (q621_c5/100)) + IIf((q621_c5) >= 100, 0, IIf(q621_d5 < 0, 1, 1 – (q621_d5/100)) + IIf((q621_b5) >= 100, 0, IIf(q621_b5 < 0, 1, 1 – (q621_b5/100)) ' Quantidade de projetos com custo estimado Q621QtdProjCE = IIf(q621_a3 > 0, 1, 0) + IIf(q621_b3 > 0, 1, 0) + IIf(q621_c3 > 0, 1, 0) + IIf(q621_d3 > 0, 1, 0) + IIf(q621_e3 > 0, 1, 0) ' Índice de atraso Q621IA = Q621SomaAtraso/ Q621ContProj

	' Índice de estimativa de custo Q621 = (Q621IA / Q621ContProj) * (Q621IEC / Q621ContProj) ' Parte 2: Projetos em concluídos ' Quantidade de projetos em andamento Q622ContProj = IIf(not isNull(q622_a1), 1, 0) + IIf(not isNull(Q622_b1), 1, 0) + IIf(not isNull(Q622_c1), 1, 0) + IIf(not isNull(Q622_d1), 1, 0) + IIf(not isNull(Q622_e1), 1, 0) ' Soma dos escopos Q622SomaEscopo = IIf((q621_a5) >= 100, 0, IIf(q621_a5 < 0, 1, 1 – (q621_a5/100)) + IIf((q621_b5) >= 100, 0, IIf(q621_b5 < 0, 1, 1 – (q621_b5/100)) + IIf((q621_b5) >= 100, 0, IIf(q621_c5 < 0, 1, 1 – (q621_c5/100)) + IIf((q621_c5) >= 100, 0, IIf(q621_d5 < 0, 1, 1 – (q621_d5/100)) + IIf((621_b5) >= 100, 0, IIf(q621_b5 < 0, 1, 1 – (q621_b5/100)) ' Soma dos atrasos Q622SomaAtraso = IIf((q621_a6) >= 100, 0, IIf(q621_a6 < 0, 1, 1 – (q621_a6/100)) + IIf((q621_b6) >= 100, 0, IIf(q621_b6 < 0, 1, 1 – (q621_b6/100)) + IIf((q621_b6) >= 100, 0, IIf(q621_c6 < 0, 1, 1 – (q621_c6/100)) + IIf((q621_c6) >= 100, 0, IIf(q621_d6 < 0, 1, 1 – (q621_d6/100)) + IIf((621_b6) >= 100, 0, IIf(q621_b6 < 0, 1, 1 – (q621_b6/100)) ' Soma da relação custo estimado x custo final Q622SomaC = IIf(q622_a4 > 0, IIf(q622_a4/q622_a3 > 1, 1, q622_a4/q622_a3) ,0) + IIf(q622_b4 > 0, IIf(q622_b4/q622_b3 > 1, 1, q622_b4/q622_b3) ,0) + IIf(q622_c4 > 0, IIf(q622_c4/q622_c3 > 1, 1, q622_c4/q622_c3) ,0)+ IIf(q622_d4 > 0, IIf(q622_d4/q622_d3 > 1, 1, q622_d4/q622_d3) ,0) + IIf(q622_e4 > 0, IIf(q622_e4/q622_e3 > 1, 1, q622_e4/q622_e3) ,0) ' Índice de execução Q622IE = Q622SomaEscopo/ Q622ContProj ' Índice de atraso Q622IA = Q622SomaAtraso/ Q622ContProj ' Índice acerto do custo estimado Q622IACE = Q622SomaC / Q622ContProj Q622 = ((Q622IE / (Q622ContProj * 100)) * (Q622IPO / Q622ContProj)) * (Q622IA / Q622ContProj) Q62 = (Q621 * 0.2 + Q622 * 0.8)
Q63	Q63 = (IIf(q63_a4, > 100, 100, q63_a4) + IIf(q63_b4 > 100, 100, q63_b4) + IIf(q63_c4 > 100, 100, q63_c4) + IIf(q63_d4 > 100, 100, q63_d4) + IIf(q63_e4 > 100, 100, q63_e4)) / 500
Q65	Q65 = (q65_a * 14 + q65_b * 9 + q65_c * 17 + q65_d * 14 + q65_e * 13 + q65_f * 15 + q65_g * 8 + q65_h * 10) / 100